

RELATÓRIO DE GESTÃO

2023

**Relatório Anual,
na forma de relato integrado**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3	GESTÃO ECONÔMICA	28
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	4	RESULTADOS DAS CARTEIRAS.....	30
A EMPRESA	5	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	33
QUEM SOMOS	6	GESTÃO TRIBUTÁRIA	33
NOSSO NEGÓCIO.....	8	GESTÃO FINANCEIRA	34
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	9	GESTÃO DE PESSOAS	35
AMBIENTE E CONTEXTO.....	10	GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	38
INTERNALIZAÇÃO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITOS DA CAIXA	10	GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA	38
PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO – PND	11	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	38
POLÍTICAS PÚBLICAS	12	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	39
GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	13	CONSULTORIA JURÍDICA	39
GOVERNANÇA	14	GESTÃO DE INFORMAÇÕES E CONTROLE	39
PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA	14	RISCOS, CONFORMIDADE E PERSPECTIVAS	41
MODELO DE GOVERNANÇA	14	ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	42
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA	16	GESTÃO DE RISCOS	43
GERAÇÃO DE VALOR	18	CONTROLES INTERNOS	45
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	21	AUDITORIA INTERNA	45
RESULTADOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMGEA - GESTÃO ESTRATÉGICA.....	22	AUDITORIA INDEPENDENTE	47
EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS		PERSPECTIVAS.....	48
DIRIGENTES - 2023	25	ROL DE RESPONSÁVEIS	49
PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PDTIC...	26	RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO.....	51
DESEMPENHO	28	PARECER DE COLEGIADO	51



APRESENTAÇÃO

Este Relatório de Gestão, na forma do Relatório Anual (Relato integrado), tem o objetivo de apresentar, aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, a prestação de contas das atividades realizadas pela **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGGEA** no exercício de 2023.

Foi elaborado nos termos das seguintes exigências legais e regulamentares:

- Constituição Federal, Art. 70, parágrafo único;
- Lei nº 8.443/1992;
- Lei nº 13.303/2016, Art. 8º, inciso IX;
- Decreto nº 8.945/2016, Art. 13, inciso IX;
- Instrução Normativa TCU nº 84/2020;
- Decisão Normativa TCU nº 198/2022;
- Portaria TCU nº 75/2023;
- Orientações complementares registradas no Portal do Tribunal de Contas da União - TCU.



MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

A atual gestão da Emgea, à frente da respectiva administração desde maio/2023, apresenta e comemora os resultados obtidos no exercício de 2023, cujo lucro bruto de R\$ 408,80 milhões, representa um crescimento nominal de 14,12% em relação a 2022. O Patrimônio Líquido, de R\$ 11,95 bilhões, perfaz um crescimento de 0,99% no mesmo período. Já os ativos em saldo contábil líquido somam R\$ 16,53 bilhões, ou seja, 1,75% superior ao apurado no exercício anterior.

Esses resultados refletem o empenho e a nova visão de negócios da atual Diretoria pautado nos valores da Ética, Transparência, Excelência Operacional, Integridade, Comprometimento e Função Social.

Dentre as ações de fundamental importância para o alcance desses números, merecem destaque o empenho e a dedicação dos colaboradores e colaboradoras da Empresa, no intenso e incessante trabalho de busca de soluções para atingir e superar as metas estabelecidas, não obstante os desafios que, como se sabe, foram muitos, especialmente por se tratar de ano pós-eleitoral, com transição de governo.

Diante de um cenário econômico desafiador, prevaleceu a resiliência, o comprometimento e a certeza de que, seguindo o novo rumo e a nova identidade da Empresa, os bons resultados viriam como, de fato vieram, e estão demonstrados neste relatório integrado.

A atuação de toda a equipe nas negociações de créditos imobiliários, resultou na expressiva arrecadação de R\$ 91,09 milhões. Assim como, na alienação de imóveis que compõem a carteira de Imóveis Não de Uso, que arrecadou a quantia não menos expressiva de R\$ 28,45 milhões, em 2023.

Com maior representatividade na arrecadação, via processos de novação com a União, os créditos da Empresa perante o Fundo de Compensação de Valorizações Salariais - FCVS trouxeram recursos, tanto em espécie quanto em títulos públicos federais, no montante de R\$ 329,89 milhões. Os processos de novação instruídos junto à administradora do Fundo, com vistas à formalização da novação, totalizam hoje R\$ 8,74 bilhões. Deste total, o valor de R\$ 5,32 bilhões foi acrescido no exercício de 2023.

A robustez do resultado obtido no exercício, ora apresentado, possibilitou manter um fluxo de caixa adequado para fazer frente às diversas obrigações da Empresa, a exemplo da quitação das prestações mensais da dívida com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, principal passivo da Emgea, permitindo, ainda:

- a) a distribuição de dividendos ao acionista (União);
- b) o pagamento da Participação nos Lucros e Resultados - PLR aos colaboradores;
- c) o pagamento da Remuneração Variável Anual - RVA ao corpo diretivo da Empresa.

Esses valores representaram R\$ 99,32 milhões de dividendos relativos ao exercício de 2019 e R\$ 89,82 milhões de 2022. Em relação ao PLR foram pagos R\$ 1,03 milhões do exercício de 2022 e R\$ 488,89 mil de 2019.

No ambiente de trabalho, a diversidade e a inclusão vêm merecendo, cada vez mais, a atenção dos gestores, valendo destacar que a Emgea, atualmente, conta com 59% das vagas ocupadas por mulheres, que também ocupam cerca de 60% dos cargos de gestão.

Para 2024, vislumbramos muitos desafios que contribuirão para a implementação de novos processos produtivos – novos negócios, digitalização e otimização de processos organizacionais, adequação de estrutura física e tecnológica, negociações com parceiros, tudo em prol da melhoria na eficiência e ampliação dos resultados econômicos e sociais.

Por fim, ao tempo em que asseguramos a integridade das informações contidas neste relatório, reafirmamos nosso compromisso na busca de evolução da transparência, do fortalecimento da governança, da gestão de riscos, do impacto socioambiental, da diversidade e das estratégias de negócios.

Atenciosamente,

Fernando Damata Pimentel
Diretor-Presidente



A EMPRESA





QUEM SOMOS



A Emgea, com sede em Brasília, é uma Empresa de gestão de bens e direitos provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal.

Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, é uma Empresa pública federal não financeira, vinculada ao Ministério da Fazenda.

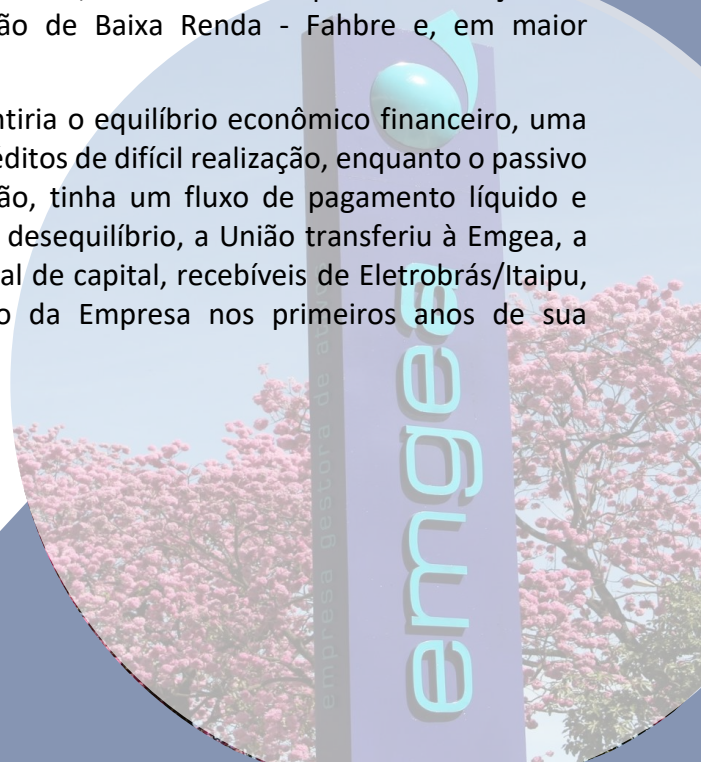
O objeto social da Emgea prevê que sua finalidade é adquirir bens e direitos da União e das demais entidades integrantes da administração pública federal, podendo, em contrapartida, assumir obrigações destas. Tem ainda a possibilidade de prestar serviços de cobrança administrativa para créditos sob gestão da Secretaria de Gestão do Patrimônio da União - SPU.

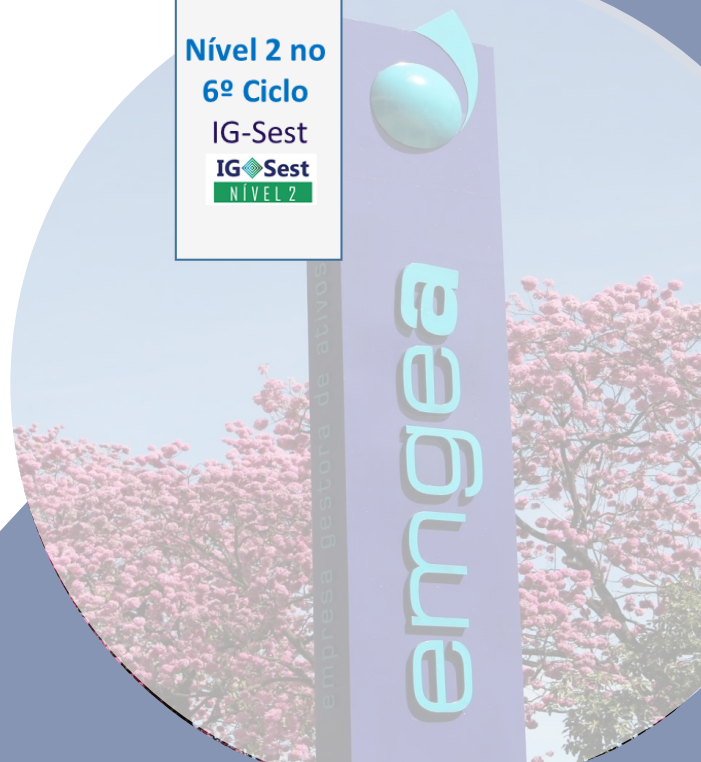
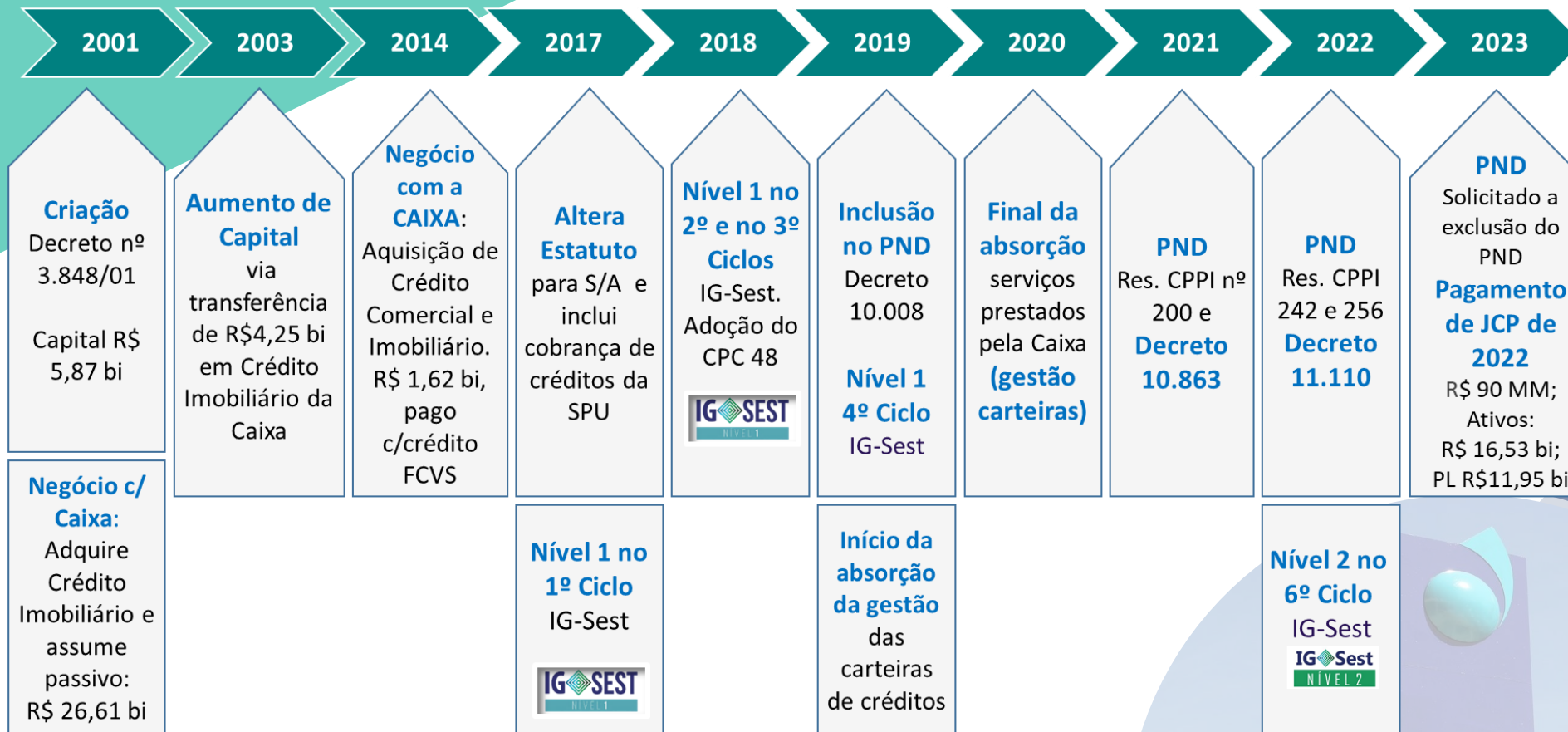
Desta forma, os ativos (bens e direitos) podem ser adquiridos por meio de assunção de obrigações das entidades transmitentes, por aumento de capital ou contra pagamento.

O capital social da Emgea, totalmente integralizado pela União, é de R\$9.057.993.039,73 (nove bilhões, cinquenta e sete milhões, novecentos e noventa e três mil, trinta e nove reais e setenta e três centavos), dividido em 9.057.993 (nove milhões, cinquenta e sete mil, novecentas e noventa e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A totalidade das ações é detida pela União.

Quando da constituição da Empresa, a operação inicial envolveu a cessão, pela Caixa Econômica Federal - Caixa, de contratos de financiamentos imobiliários, grande parte deles oriundos do antigo Sistema Financeiro da Habitação - SFH. Em contrapartida, a Emgea assumiu montante equivalente de obrigações da Caixa, compostas por dívidas junto ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, ao Fundo de Apoio à Produção de Habitações para a População de Baixa Renda - Fahbre e, em maior percentual, perante o FGTS.

A cessão por si só não garantiria o equilíbrio econômico financeiro, uma vez que no ativo continha créditos de difícil realização, enquanto o passivo assumido em contraprestação, tinha um fluxo de pagamento líquido e certo. Para fazer face a este desequilíbrio, a União transferiu à Emgea, a títulos de integralização inicial de capital, recebíveis de Eletrobrás/Itaipu, suficientes para a operação da Empresa nos primeiros anos de sua existência.







NOSSO NEGÓCIO

Tendo como atividade principal a gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, a Emgea desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação de créditos, na maioria em elevada inadimplência.

Para isso, busca e prioriza soluções conciliatórias, tanto na esfera administrativa como na judicial, para incentivar a liquidação ou a reestruturação das operações, objetivando o máximo valor alcançável, ponderados os aspectos institucionais, jurídicos, financeiros, contábeis, tributários e as características dos créditos.

A Emgea tem sede e foro em Brasília. A Empresa não possui unidades descentralizadas, porém atua em todo o território nacional, por intermédio de Empresas contratadas para a prestação de serviços, incluindo o atendimento aos devedores e a aplicação das medidas negociais aprovadas para a recuperação dos créditos.

Na cadeia produtiva da Empresa, as carteiras de operações de crédito – imobiliário, comercial e perante pessoas jurídicas dos setores privado e público – compõem os ativos primários. O processo de recuperação desses créditos pode gerar recursos financeiros (principal), créditos perante o FCVS ou imóveis não de uso.

Os créditos perante o FCVS decorrem de contratos de crédito imobiliário com previsão de cobertura pelo FCVS. À medida que as operações são liquidadas ou renegociadas, são gerados créditos perante o FCVS. Esses créditos são convertidos em títulos públicos federais e em espécie – mediante a novação, com a União, das dívidas do Fundo, nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000.

Os imóveis não de uso são oriundos de dação em pagamento ou da realização de garantias por meio de adjudicação, arrematação ou consolidação de propriedade, que são medidas extremas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de cobrança.

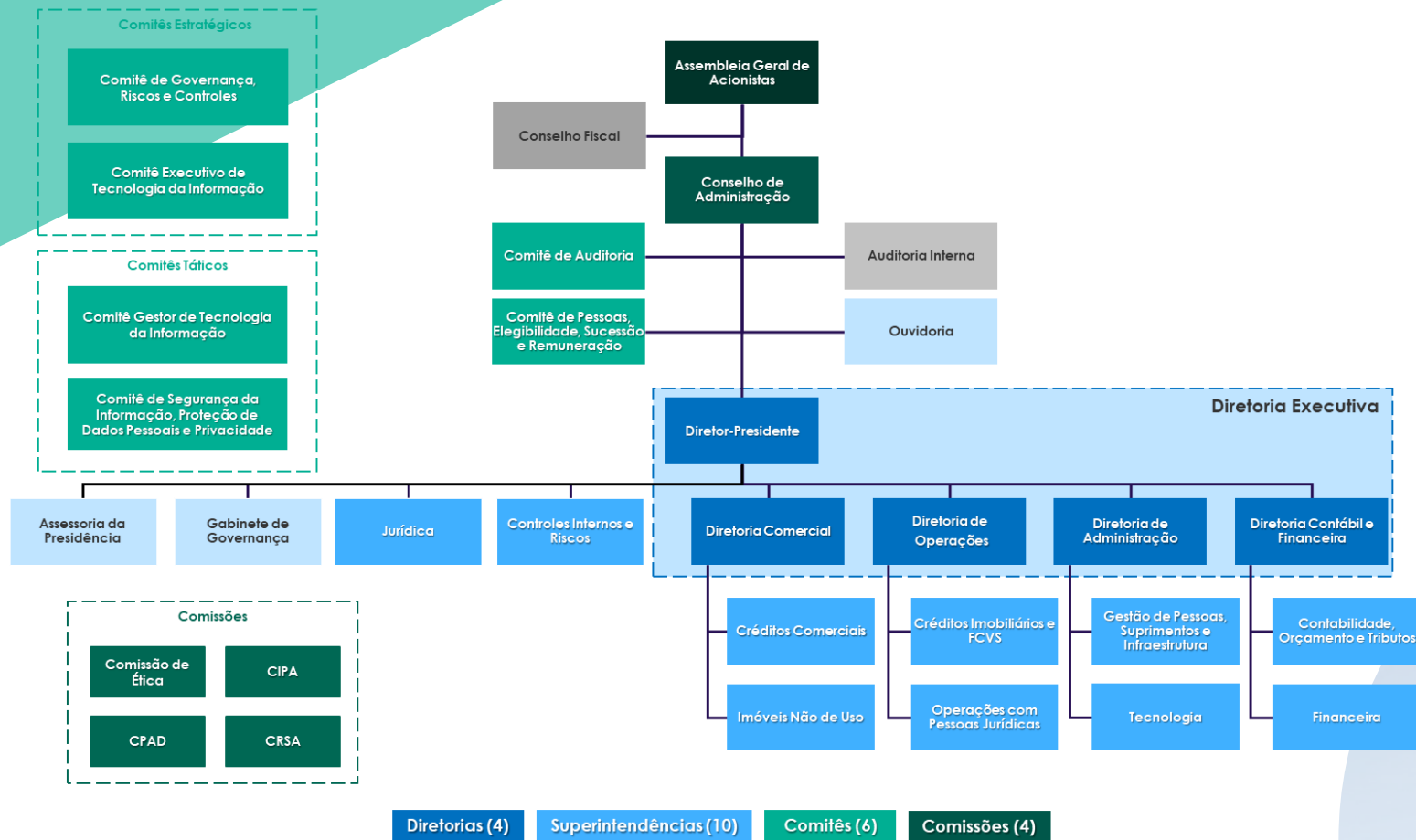
Esses imóveis são ofertados à venda nas modalidades previstas na legislação (concorrência pública ou venda direta), com vistas a concluir a recuperação do crédito e fazer ingressar recursos financeiros no caixa da Empresa.





ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A **estrutura administrativa** da Emgea é definida em seu Estatuto Social e a organização administrativa e funcional, no Regimento Interno.



São órgãos estatutários na Emgea a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

A Assembleia Geral é o órgão deliberativo máximo da Empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem a alta administração da Empresa.

Vinculadas ao Conselho de Administração e reportando-se diretamente a ele atuam quatro unidades: o Comitê de Auditoria, o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, a Auditoria Interna e a Ouvidoria.

Subordinados à Diretoria

Executiva, quatro comitês exercem o papel de órgãos de apoio à gestão: Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC, Comitê Executivo de Tecnologia da Informação - Ceti, Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade - CSI e Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI.

Vinculadas ao Diretor-Presidente atuam quatro Diretorias: Diretoria Comercial - Dicom, Diretoria de Operações - Diope, Diretoria de Administração - Dirad e Diretoria Contábil e Financeira - Difin.

Além das Diretorias, atuam vinculados ao Diretor-Presidente:

- Assessoria da Presidência - Asses;
- Gabinete de Governança - Gabin;
- Superintendência de Controles Internos e Riscos- Suris; e
- Superintendência Jurídica - Sujur

Subordinadas às Diretorias atuam as Superintendências:

- à Diretoria Comercial - Dicom, a Superintendência de Créditos Comerciais - Supec e a Superintendência de Imóveis Não de Uso - Sumov;

- à Diretoria de Operações - Diope, a Superintendência de Créditos Imobiliários e FCVS - Sucre e a Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas - Supej;

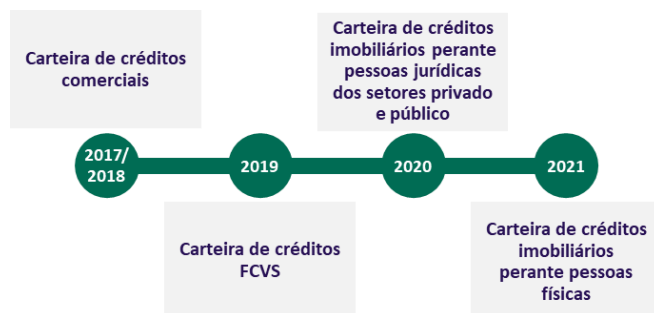
- à Diretoria de Administração - Dirad, a Superintendência de Gestão de Pessoas, Suprimentos e Infraestrutura - Supes; e a Superintendência de Tecnologia - Sutech;

- à Diretoria Contábil e Financeira - Difin, a Superintendência de Contabilidade, Orçamento e Tributos - Sucor e a Superintendência Financeira - Sufin.

Além dos Comitês, a Emgea conta também com quatro Comissões, como órgãos de apoio à gestão: Comissão de Ética, Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - Cipa, Comissão Permanente de Avaliação de Documentos - CPAD e Comissão de Responsabilidade Socioambiental - CRSA.

AMBIENTE E CONTEXTO

INTERNALIZAÇÃO DAS CARTEIRAS DE CRÉDITOS DA CAIXA



Em 2017 foi iniciado o desenvolvimento, na própria Emgea, de uma plataforma de negócios interna para a gestão dos seus ativos: o Sistema de Gestão de Ativos -

Sisgea, ferramenta de suma importância na gestão dos negócios da Emgea e que possibilitou a internalização de parte dos contratos da carteira de créditos comerciais.

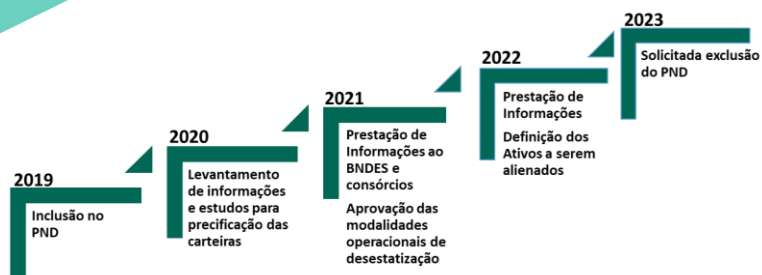
De 2019 a 2021, por questões econômicas, a Emgea internalizou a operacionalização de suas carteiras de crédito e de imóveis não de uso, e, conseqüentemente, migrou para outros fornecedores os serviços até então prestados pela Caixa, com o objetivo de reduzir a dependência de um único fornecedor nos processos operacionais e de equacionamento do fluxo de caixa da Empresa, haja vista os elevados custos da operação antes mantidos com a Caixa.

Para que seja possível regulamentar e dar efetivo andamento ao repasse de informações, esclarecimentos e providências para a solução de pendências recíprocas entre as duas instituições, foi assinado em outubro/2023 o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Caixa e a Emgea, cujo objeto é a formalização de cooperação técnica mútua entre as duas Instituições, não onerosa, para estabelecer as bases da cooperação

relacionadas a diversas dimensões, que serão objeto de formalização por instrumentos contratuais específicos, quando for o caso. Neste contexto, destacamos a realização de trabalhos em conjunto na resolução de pendências, notadamente às operacionais e financeiras.

Em função do o Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Caixa e Emgea tem-se a expectativa de estreitar o relacionamento com aquela empresa, bem como, as questões de ordem jurídica e financeira sejam resolvidas de maneira célere e satisfatória.

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO – PND



Em setembro de 2019, por meio do Decreto nº 10.008, publicado no Diário Oficial

da União - Dou, a Emgea foi incluída no PND, nos termos da Lei nº 9.491/1997 e do Decreto nº 2.594/1998.

O BNDES, gestor do FND, é o órgão responsável pela execução e acompanhamento dos atos necessários à desestatização da Emgea.

Em 8.9.2021 foi publicada a Resolução CPPI nº 200, de 25.8.2021, (ratificada pelo Decreto nº 10.863, de 19.11.2021) sendo a primeira resolução que aprovou as modalidades operacionais de desestatização da Emgea (alienação de ativos e dissolução societária).

Em 24.6.2022 foi publicada a Resolução CPPI nº 242 que revogou a Resolução CPPI nº 200/2021.

Em 24 de junho de 2022 foram revistas e aprovadas, pela Resolução CPPI nº 242 (Alterada pela Resolução CPPI nº 256, de 20.9.2022), as modalidades de desestatização da Emgea no âmbito do PND, que

compreendem a alienação parcial de ativos, seguida de dissolução societária da Emgea precedida de cisão parcial da Empresa, com versão de parcelas de seu patrimônio à Caixa, após manifestação favorável do TCU em relação a todo o processo de desestatização da Emgea.

O Decreto nº 11.110, de 29 de junho de 2022, estabeleceu como marco temporal para o início da contagem do prazo para convocação da assembleia geral que trata o caput do art. 3º do Decreto nº 9.589 de 29.11.2018, sendo tal marco considerado atingido a partir da notificação da SPPI do então Ministério da Economia à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional de que houve a conclusão da alienação parcial de ativos e da reestruturação societária de que tratam os art. 4º e art. 12 da Resolução CPPI nº 242/2022.

Importante registrar que em maio de 2023, a Emgea passou a ter novos dirigentes, bem como a partir do segundo trimestre novos membros foram nomeados no Conselho de Administração e demais conselhos estatutários, o que resultou em revisão das ações estratégicas operacionais e empresariais da Instituição.

Em junho de 2023, a Emgea formalizou, por meio de ofícios ao Ministério da Fazenda, o pedido de exclusão da Emgea do PND, por entender ser uma instituição importante para o estado Brasileiro. Contudo, o pedido continua em análise no âmbito do governo.

Além disso a Emgea em seu histórico recente não apresenta nenhuma das situações a seguir: patrimônio líquido negativo, prejuízos operacionais significativos, falta de crédito com fornecedores e bancos, perda de linhas de financiamento ou perda de pessoal chave.

Os processos gerenciais, negociais, administrativos e operacionais da Empresa seguiram o planejamento e orçamento aprovados para 2023 (Decreto nº 11.288 de 16.12.2022 e alterado pelas Portarias nº 3.880, de 202.7.2023 e nº 8.002, de 1º.12.2023).



POLÍTICAS PÚBLICAS

Quando da sua criação, a Emgea, ao absorver da Caixa e dar tratamento a ativos com alto risco de crédito, desempenhou importante papel decisivo na realização dos propósitos do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais - Proef, contribuindo para a adequação daquela instituição financeira às regras do Acordo de Capital da Basileia (exigências de capital para instituições financeiras como forma de fazer face ao risco de crédito), e redução de eventual necessidade de aporte de capital pela União.

Consequentemente, contribuiu também para o fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional e do equilíbrio das contas públicas, à época, e vem efetuando o pagamento de significativa parte das obrigações assumidas quando de sua criação, especialmente em relação ao FGTS.

Atualmente, a Emgea, a par de sua missão de gerir ativos da União, atua na busca de solução para as questões habitacionais, em especial dos contratos firmados pela Caixa junto a mutuários de baixa renda, desde 2001, sob a gestão da Emgea.

As soluções desenvolvidas têm permitido aos cidadãos a regularização de suas dívidas e a consolidação da propriedade de seus imóveis habitacionais, cujos financiamentos se encontravam sem solução há anos. Incorporando o princípio da responsabilidade social à gestão empresarial, tem conquistado ambiente favorável ao desenvolvimento de suas atividades e vem sendo, a cada dia, reconhecida por seu posicionamento como empresa socialmente responsável.

Merece destaque a realização de audiências de conciliação nas ações ajuizadas envolvendo mutuários do Sistema Financeiro da Habitação de uma maneira ágil e definitiva para solucionar os conflitos.

Os acordos decorrentes das audiências de conciliação, além de contribuírem para a redução de processos tramitando na Justiça, têm grande repercussão social, sobretudo nas camadas mais carentes da população, na medida em que permitem ao devedor realizar o pagamento do débito por um valor compatível com sua capacidade de pagamento e, com isso, obter o registro definitivo do imóvel em sua titularidade, realizando “o sonho da casa própria”.





GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



GOVERNANÇA

PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA

Para cumprir seu propósito e alcançar sua visão, a Emgea adota um modelo de governança corporativa pautado em princípios e estruturado em instâncias, com papéis e competências formalmente definidos no Estatuto Social e em Regimentos Internos. São os seguintes os princípios que norteiam a atuação da Emgea:

COMPROMISSO

Comprometimento com o alcance dos objetivos organizacionais e com a promoção de altos padrões de ética, conduta e integridade

EQUIDADE

Tratamento justo e isonômico ao acionista (União) e às demais partes interessadas (sociedade, fornecedores e colaboradores), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas

INTEGRIDADE

Cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis; respeito aos valores éticos; e trabalho em prol do interesse público

LIDERANÇA

Competências e responsabilidades formalmente definidas para todos os níveis organizacionais, tendo como foco o alcance dos objetivos organizacionais

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relato sobre a atuação dos administradores e da Empresa de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências dos fatos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos respectivos papéis.

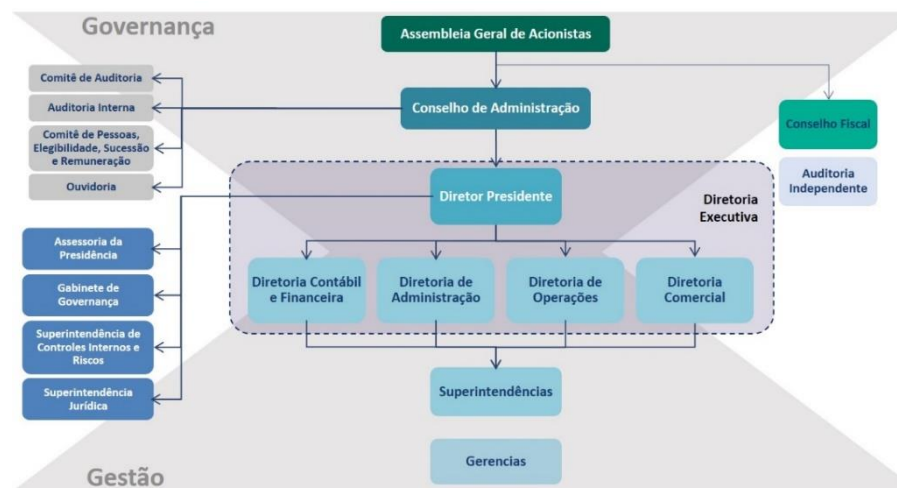
RESPONSABILIDADE

Zelo na definição de estratégias e na execução de ações para viabilizar o alcance dos objetivos organizacionais e de resultados econômico-financeiros

TRANSPARÊNCIA

Disponibilização de acesso a informações completas, precisas e claras sobre o funcionamento e os negócios da Empresa

MODELO DE GOVERNANÇA



O processo de governança corporativa foi aprimorado e alinhado às exigências da Lei nº 13.303, de 30.6.2016 (Lei das Estatais), do Decreto nº 8.945, de 27.12.2016, e das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR.

O empenho na busca do aprimoramento das práticas de governança, renderam à Emgea o Certificado Nível 1 nas edições de Certificação do Indicador de Governança IG-Sest, sendo a 1ª Certificação em 2017; a 2ª e 3ª Certificações, em 2018; a 4ª Certificação em 2019 e o Nível 2 na 6ª certificação, em 2022.

A obtenção do Certificado Nível 1 por quatro vezes consecutivas é um prêmio ao empenho de todos na Empresa, dirigentes e colaboradores, na busca do aprimoramento contínuo das práticas de governança e, ao

mesmo tempo, um estímulo ao compromisso com a busca da excelência: um dos valores fundamentais para a Emgea.

O IG-Sest é um indicador criado pela Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais - Sest, vinculada ao então Ministério da

Economia, com o objetivo de acompanhar o desempenho da qualidade da governança das empresas estatais federais, para fins de mensuração dos requisitos exigidos para cumprimento de diversos dispositivos legais, infralegais e de boas práticas aplicáveis às estatais federais.

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

As instâncias de governança da Emgea (órgãos e unidades) e as respectivas competências são formalmente definidas no Estatuto Social e no Regimento Interno da Empresa.

Assembleia Geral

É o órgão deliberativo máximo da Empresa, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto.	A Assembleia Geral pode ser convocada pelo Conselho de Administração ou, nas hipóteses admitidas em lei, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal ou pela União.	Competências discriminadas no Estatuto Social.
---	--	--

Conselho de Administração

É o órgão de deliberação estratégica e colegiada da Empresa, responsável por fixar a orientação geral dos negócios e aprovar o planejamento estratégico e orçamentário, bem como acompanhar a sua execução.	Conselho de Administração composto por sete membros, sendo, no mínimo, 25% de membros independentes.	Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.	Competências discriminadas no Estatuto Social.
---	--	--	--

Vinculadas ao Conselho de Administração e reportando-se diretamente a ele, atuam dois Comitês estatutários e duas unidades:

COMITÊ DE ELEGIBILIDADE	COMITÊ DE AUDITORIA	AUDITORIA INTERNA	OUVIDORIA
Auxilia a acionista (União) e o Conselho de Administração na verificação de conformidade dos processos de indicação, de avaliação, de sucessão e de remuneração dos administradores e Conselheiros Fiscais e demais membros de órgãos estatutários.	Assessora o Conselho de Administração no que se refere ao exercício de suas funções de auditoria e de fiscalização sobre a qualidade das demonstrações financeiras e das auditorias interna e independente; a efetividade dos sistemas de controle interno, de conformidade e de gerenciamento de riscos.	Vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente. É responsável por aferir a adequação do controle interno e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança.	Recebe e examina sugestões e reclamações visando melhorar o atendimento da empresa em relação a demandas de investidores, empregados, fornecedores, clientes, usuários e sociedade em geral; recebe e examina denúncias internas e externas, inclusive sigilosas, relativas às atividades da empresa; e desenvolve outras atividades correlatas definidas pelo Conselho de Administração.

Diretoria Executiva

É o órgão executivo de administração e representação, responsável por assegurar o funcionamento regular da EMGEA de acordo com a orientação definida pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho de Administração.	A Diretoria Executiva é composta por um Diretor-Presidente e até quatro Diretores.	Os membros da Diretoria Executiva são eleitos pelo Conselho de Administração.	Competências discriminadas no Estatuto Social.
---	--	---	--

Conselho Fiscal

É um órgão de fiscalização de atuação colegiada e individual.

O Conselho Fiscal é constituído por três membros efetivos e seus suplentes.

Os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral.

Competências discriminadas no Estatuto Social.

Auditoria Independente

Atua com a atribuição de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, tanto no que tange ao cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis quanto à fidedignidade da evidenciação da situação patrimonial e financeira da Empresa.

Empresa especializada em realização de auditoria independente, contratada no mercado por meio de processo licitatório.

ÓRGÃOS DE APOIO À GESTÃO

Como órgãos de apoio à gestão, atuam quatro Comitês e quatro Comissões:

- Comitê Executivo de Tecnologia da Informação – Ceti;
- Comitê de Governança, Riscos e Controles – CGRC;
- Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI;
- Comitê de Segurança da Informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade - CSI;
- Comissão de Ética - CE;
- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – Cipa;
- Comissão de Responsabilidade Socioambiental – CRSA; e
- Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.

INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA

Além da definição da estrutura administrativa e das competências, estabelecidas no Estatuto Social e no Regimento Interno, a Emgea adota uma série de boas práticas de governança, dentre as quais:

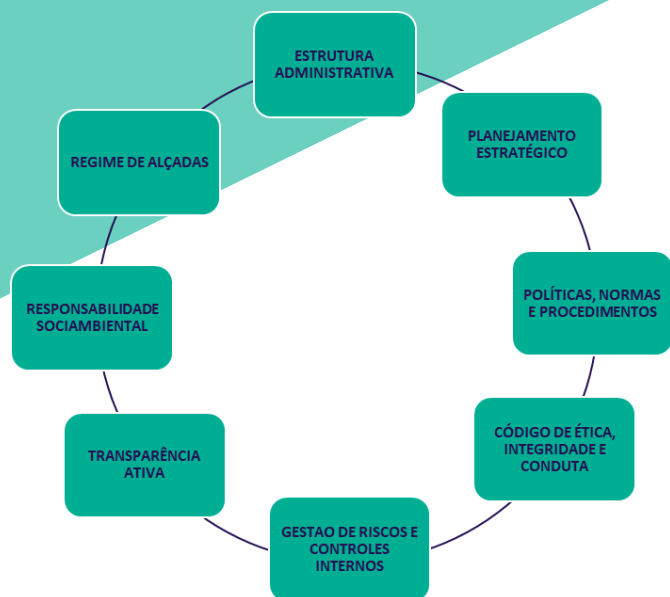
- ❖ estabelecimento de Valores, Propósito, Missão e Visão;

- ❖ estratégia de longo prazo (quinquenal), plano de negócio e planejamento orçamentário anuais;
- ❖ decisões colegiadas;
- ❖ regime de alçadas;
- ❖ políticas, normas e procedimentos formalmente definidos;
- ❖ demonstrações financeiras trimestrais (intermediárias);
- ❖ estruturas para a gestão:
 - dos processos de negócio (recuperação de créditos);
 - da ética, integridade e conduta;
 - de riscos e controles internos;
 - orçamentária e tributária;
 - financeira;
 - de pessoas;
 - de tecnologia da informação;
 - da responsabilidade socioambiental.
- ❖ transparência ativa.

Para orientar o comportamento da Empresa em relação a temas técnicos são definidas políticas específicas¹, aprovadas pelo Conselho de Administração. As diretrizes expressas nas políticas norteiam a atuação em todos os níveis organizacionais e devem ser observadas quando do desenvolvimento de processos e de produtos, da elaboração de normativos, da realização de negócios, da execução dos serviços e da tomada de decisão.

¹ As Políticas específicas estão disponíveis no sítio eletrônico www.emgea.gov.br > A empresa > Governança Corporativa > Políticas.

As rotinas de trabalho são estabelecidas em normativos internos – normas e procedimentos – formalmente definidos e publicados em sistema específico na intranet.



As normas estabelecem o conjunto de princípios, regras e critérios corporativos que devem ser adotados e definem métodos, padrões e parâmetros para os negócios e atividades da Empresa. Os procedimentos orientam sobre como realizar

determinadas tarefas, complementam as normas, descrevendo as rotinas passo a passo.

As decisões são tomadas de forma colegiada, observando as alçadas estabelecidas, bem como as políticas, as normas e os procedimentos definidos.

ADEQUAÇÃO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

No âmbito da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) a Emgea divulga em seu site eletrônico o Programa de Governança de Privacidade que consolida um conjunto de normas e práticas adotadas para promover a privacidade e a proteção de dados pessoais na Emgea.

(www.emgea.gov.br > Acesso a Informação > Privacidade e Proteção de dados Pessoais).

GESTÃO DA ÉTICA, INTEGRIDADE E CONDUTA

Como Empresa pública, com uma função social a cumprir, a Emgea pauta sua atuação segundo os seguintes princípios de integridade: observância da legislação e regulamentação, respeito aos valores éticos e trabalho em prol do interesse público.

A preocupação com a promoção de altos padrões de integridade norteia as ações e as decisões dos dirigentes, que atuam com o compromisso de transmitir exemplos de ética e de conduta em seus relacionamentos profissionais com os colaboradores, com terceiros, com autoridades governamentais e com clientes.

Esse compromisso é materializado e formalizado em dois documentos que orientam a atuação de todos os colaboradores: o “Código de Ética, Integridade e Conduta” e o “Programa de Integridade”.

Ambos os documentos – Código de Ética, Integridade e Conduta e Programa de Integridade – fazem parte dos normativos internos da Empresa e são divulgados em canais de comunicação interno (intranet) e externo (site eletrônico www.emgea.gov.br).

A Emgea tem a transparência como um de seus princípios de governança. Aderente a esse princípio, disponibiliza à sociedade e ao Estado informações completas, precisas e claras sobre seu funcionamento e seus negócios, incluindo práticas de governança e desempenho econômico-financeiro, e considera que tanto a fiscalização pela sociedade, como pelo Estado, são importantes mecanismos auxiliares para a melhoria de seus processos e negócios.

Para a fiscalização pela sociedade, a Emgea divulga informações sobre a Empresa como prática de transparência ativa, por meio de:

- site eletrônico da Empresa (www.emgea.gov.br);

- Relatório da Administração;
- Demonstrações Financeiras trimestrais e anuais;
- Apresentação Institucional;
- Relatório de Gestão, Relatório Anual na forma de Relato Integrado;
- Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

As Demonstrações Financeiras trimestrais (intermediárias) e anuais estão disponíveis no sítio eletrônico da Emgea (A Empresa > Informações Financeiras > Demonstrações Financeiras). As Demonstrações Financeiras Anuais são acompanhadas de Relatórios dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria; da manifestação do Conselho de Administração e do parecer do Conselho Fiscal.

PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

A Emgea disponibiliza canais ao cidadão para denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e pedidos de acesso à informação:

- endereço da sede da Empresa: SBS, Quadra 2, Bloco B, CEP 70070-902, Brasília - DF, divulgado no sítio eletrônico, para:
 - atendimento presencial;
 - encaminhamento de correspondências;
 - Serviço de Informação ao Cidadão - SIC;
 - encaminhamento de correspondências à Comissão de Ética.
- canais no sítio eletrônico: link para a plataforma Fala.BR, destinadas à/ao:
 - Ouvidoria;
 - Comissão de Ética;
 - Auditoria Interna;

- Comitê de Auditoria.

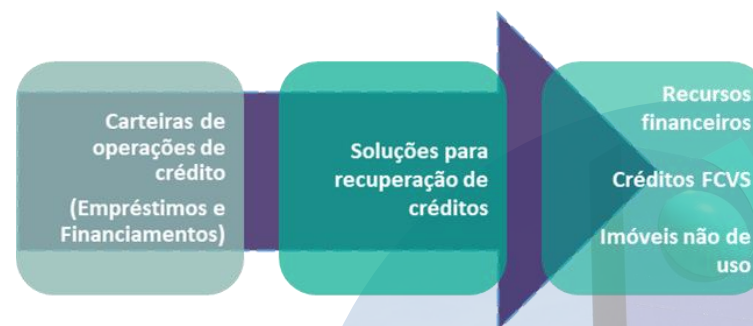
A Emgea analisa as reclamações e apura as denúncias recebidas.

Os órgãos de fiscalização e de controle têm acesso a todos os documentos e informações necessários à realização de seus trabalhos, inclusive àqueles eventualmente classificados como sigilosos pela Empresa.

GERAÇÃO DE VALOR

Na cadeia produtiva da Empresa, as carteiras de operações de crédito compõem os ativos primários. Esses ativos ingressam por meio de aquisições, tendo como contrapartida pagamentos ou assunção de obrigações das entidades transmitentes, ou por aumento de capital.

A liquidação ou a reestruturação das operações originam recursos financeiros, créditos perante o FCVS e/ou imóveis não de uso:



Créditos FCVS

- Grande parte dos contratos de crédito imobiliário adquiridos da Caixa quando da constituição da Emgea contava com previsão de cobertura pelo FCVS. À medida que as operações são liquidadas ou renegociadas, são gerados créditos perante o FCVS. Esses créditos são convertidos em títulos públicos federais – mediante a novação, com a União, das dívidas do Fundo, nas condições previstas na Lei nº 10.150/2000 – ou utilizados como moeda para aquisição de novos ativos.

Imóveis Não de Uso

- Uma das últimas medidas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de cobrança, é a realização das garantias por meio de adjudicação, arrematação, recebimento de dação em pagamento ou consolidação de propriedade. Os imóveis assim recebidos passam a integrar os ativos da Emgea, classificados como imóveis não de uso e são ofertados à venda, observados os procedimentos de licitação nos termos da Lei 13.303/2016, ou na modalidade de venda direta, nos termos do Art. 28 da citada Lei, com vistas a concluir a recuperação do crédito e ingressar recursos financeiros no caixa da Empresa.

A Emgea contrata, para a realização das atividades operacionais, empresas prestadoras de serviços, com atuação em todo o território nacional.

A gestão e a recuperação de créditos realizadas pela Emgea geram valor para a União (acionista única), para o Estado e a sociedade, para os colaboradores, para os parceiros e fornecedores e para os cidadãos:

UNIÃO (ACIONISTA)

- Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Em termos nominais, desde a criação da Emgea, já foram transferidos à União o montante de R\$ 636,92 milhões.

ESTADO E A SOCIEDADE

- Recuperação de créditos de entidades da administração pública federal.
- Retorno de valores ao FGTS. Desde a assunção da dívida, em junho de 2001, em termos nominais, já foi pago o montante de R\$ 43,69 bilhões.
- Pagamento de tributos. Desde a criação da Emgea, em termos nominais, foram pagos a título de impostos e contribuições federais o montante de R\$ 2,72 bilhões.

COLABORADORES

- Salários e benefícios.

PARCEIROS E FORNECEDORES

- Pagamentos pela aquisição de bens e de serviços.
- Implementação de soluções negociais e financeiras com benefícios para as partes.

CIDADÃO

- Oferecimento de alternativas para quitação ou repactuação de suas dívidas.

NOSSOS CAPITAIS

Para gerar valor à sociedade, contamos com nossos capitais:

RECURSOS FINANCEIROS EM CAIXA OU EQUIVALENTE DE CAIXA

CARTEIRA DE CRÉDITOS E IMÓVEIS

- Carteira de crédito imobiliário pessoas físicas e jurídicas;
- Carteira de crédito pessoas jurídicas do setor público;
- Carteira de crédito comercial pessoa física e jurídica;
- Créditos junto ao FCVS;
- Imóveis não de uso.

PARCEIROS E FORNECEDORES

- Fornecedores de bens e serviços.
- Empresas prestadoras de serviços operacionais.

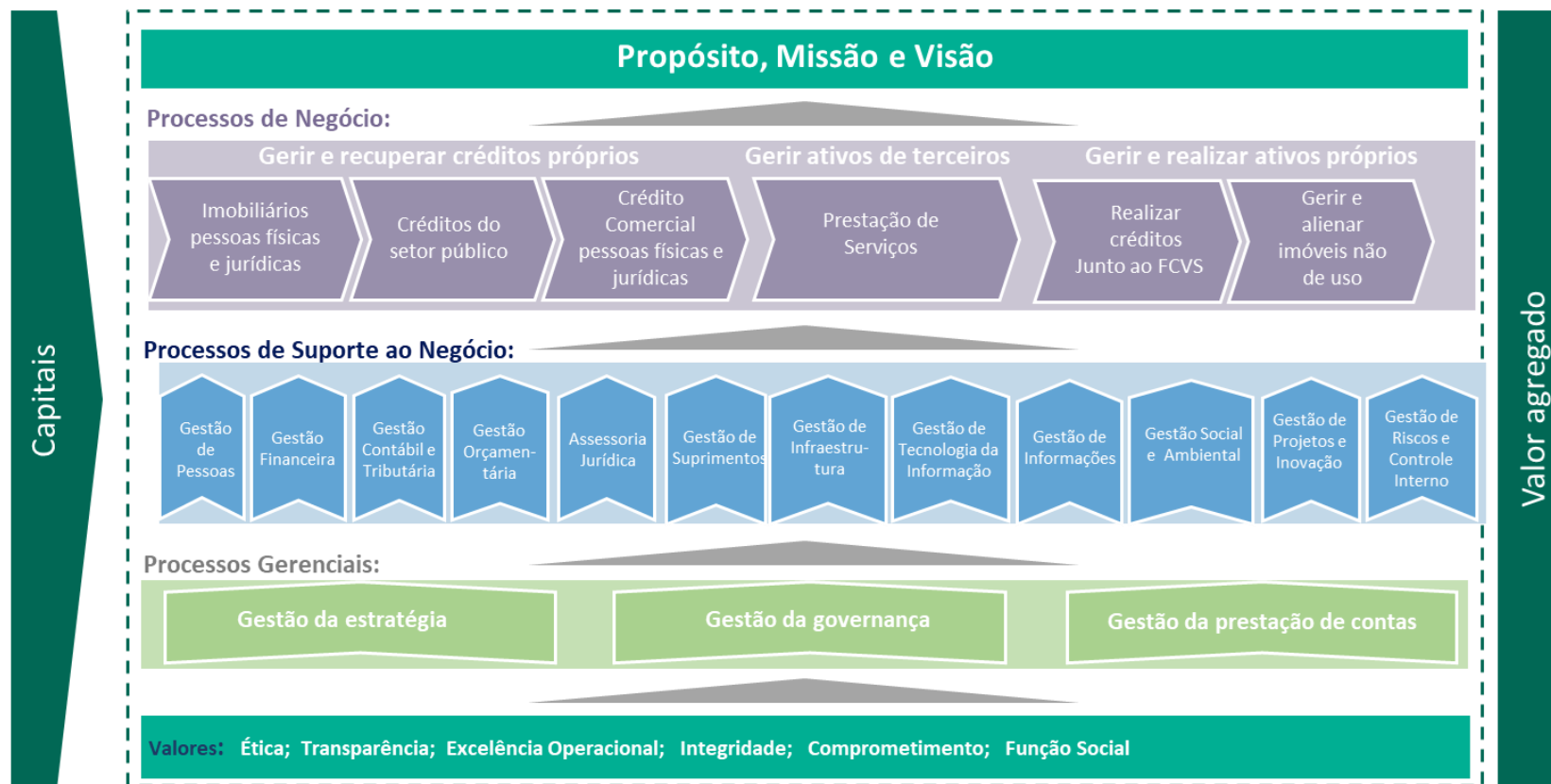
CAPITAL HUMANO

- Colaboradores.

PLATAFORMA TECNOLÓGICA


- Soluções de tecnologia da informação de apoio ao negócio.

CADEIA DE VALOR




CAPITAIS

- Recursos financeiros em caixa ou equivalentes de caixa
- Carteiras de Créditos e de Imóveis
- Parceiros e Fornecedores
- Capital Humano
- Capacidade de desenvolvimento de Plataforma tecnológica



VALOR

- Para a União (acionista)
- Para o Estado e para a Sociedade
- Para os Colaboradores
- Para os Parceiros e Fornecedores
- Para o Cidadão



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Alinhada com o previsto na Lei nº 13.303/2016 e no Decreto nº 8.945/2016, a Emgea trabalha com uma estratégia de longo prazo, abrangendo um período de cinco anos, anualmente revisada.

A Estratégia da Emgea foi desenvolvida observando o ambiente interno e externo. As análises dos cenários interno e externo e de tendências foram compiladas e submetidas à discussão de todos os gestores da Empresa, resultando na formalização da estratégia de longo prazo e no plano de negócios.

Ambiente interno:

- Fraqueza: a complexidade no processo de monetização dos créditos de FCVS e o estágio das carteiras de operações de créditos.
- Força: as competências instaladas da Empresa e o tempo de mercado.

Ambiente externo:

- Oportunidade: o expressivo valor dos créditos que a Emgea detém perante o FCVS e a busca por novos negócios.
- Ameaça: o passivo do FGTS, decorrente do custo financeiro e prazo de exigibilidade.

Em 2022 a Emgea elaborou o Plano de Negócio e a Estratégia para o exercício de 2023, que tinha como diretriz garantir a sustentabilidade financeira da empresa durante o processo de desestatização.

Em junho foram revistos a Estratégia e o Plano de Negócio para 2023, considerando as mudanças no governo, e posteriormente, na administração da Empresa, bem como o recebimento de novas diretrizes da Sest.

As novas Estratégias foram aprovadas pelo Conselho de Administração e foram definidas para o quinquênio (2023 a 2027), tendo em vista o cenário de continuidade operacional da Empresa, por entendermos seu útil para a sociedade, devidamente instituída e com patrimônio próprio substancialmente positivo, capacitação técnica e operacional instalada, sendo assim a companhia poderá contribuir para com a implementação de políticas públicas.

Nesse contexto, foram alterados o Propósito, à Missão, a Visão e os Valores da Empresa.

Propósito: Gerir e recuperar ativos próprios e de terceiros

Missão: Viabilizar o ingresso de recursos financeiros gerindo ativos da Emgea em prol do interesse público.

Visão: Ser referência em recuperação de ativos para cedentes públicos ou privados.

Valores:

- Ética;
- Transparência;
- Excelência Operacional;
- Integridade;
- Comprometimento; e
- Função Social

Os Objetivos Estratégicos e as Estratégias estabelecidos no Planejamento Estratégico de 2023, revisados em junho de 2023, foram:

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: GESTÃO DE ATIVOS e SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

	Estratégias	Iniciativas Estratégicas
Finanças:	1. Viabilizar o ingresso de recursos financeiros que	1.1-Viabilizar processos de novações FCVS; 1.2-Cobrar e recuperar créditos;

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: GESTÃO DE ATIVOS e SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Estratégias		Iniciativas Estratégicas
	permitam a sustentabilidade econômica e financeira	1.3-Manter fluxo de caixa adequado às necessidades.
Processos:	2. Redesenhar os processos visando a eficiência operacional	2.1-Otimizar processos organizacionais; 2.2-Aprimorar a organização e disponibilização de Informações e do Conhecimento; 2.3-Tratar pendências operacionais e mitigar riscos; 2.4-Adequar a estrutura física e tecnológica.
Clientes:	3. Promover ambiente de atendimento que maximize os resultados do relacionamento com os clientes	3.1-Estruturar monitoramento e avaliação sobre satisfação do cliente; 3.2-Desenvolver plano de comunicação com os clientes; 3.3-Buscar novos negócios.
Pessoas:	4. Desenvolver competências para atuação adequada aos processos	4.1-Implementar programas de motivação e de capacitação da equipe; 4.2-Promover a comunicação clara e bilateral.

A alta administração e demais executivos identificaram os riscos que poderiam impactar o alcance dos objetivos estratégicos, os quais são tratados no item Riscos, Conformidade e Perspectivas.

RESULTADOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DA EMGEA - GESTÃO ESTRATÉGICA

O monitoramento da execução do Planejamento Estratégico se deu por meio do acompanhamento das ações e dos indicadores e métricas de aferição de resultados, que permitiram avaliar o efetivo alcance dos objetivos traçados, eventuais desvios ocorridos e estratégias para a correção de rumos.

Em 2023 foram celebrados contratos de novações (Lei 10.150) entre a Emgea e a União, no valor de R\$ 329,89 milhões. No exercício houve ainda

um acréscimo substancial dos processos instruídos junto à Administradora do FCVS, com vistas à formalização de sua novação, na ordem de R\$ 5,32 bilhões que, somados aos de anos anteriores ainda não novados, de R\$ 3,42 bilhões, totalizam R\$ 8,74 bilhões.

As negociações de contratos de crédito imobiliário, resultaram na arrecadação de R\$ 91,09 milhões e a alienação de imóveis que compõem a carteira de Imóveis Não de Uso arrecadou o montante de R\$ 28,45 milhões.

As arrecadações de contratos das carteiras comercial e de pessoa jurídica alcançaram R\$ 15,98 milhões e R\$ 40,17 milhões, respectivamente.

As negociações com os devedores da carteira de pessoa jurídica propiciaram o ingresso de novos recursos que, somados àqueles oriundos das demais carteiras (novação dos títulos FCVS, Comercial, venda de imóveis Não de Uso, Crédito imobiliário pessoa física e jurídica) contribuíram para a manutenção de um fluxo de caixa superior ao do exercício findo em 2022.

Além disso, foram revistos os processos na apuração e aprovação das faturas das seguradoras com a devida exclusão de operações já liquidadas anteriormente, com impacto positivo na redução de custos com os prêmios de seguro e contraprestação do FCVS Garantia.

Implantação de novos painéis de informações gerenciais úteis para a Empresa que possibilitam as tomadas de decisões e implementações de ações que contribuem para melhorias nos resultados, permitindo o aprimoramento e disponibilização de Informações para a Empresa.

Em relação as pendências operacionais foram retomadas as discussões com a Caixa para equalização das diferenças operacionais e financeiras, remanescentes da prestação de serviço.

Em 2023 foram também realizadas reuniões periódicas para tratamento e avaliação de riscos e atualizados regularmente os programas legais que têm como escopo a segurança do trabalho.

Em relação a adequação da estrutura física e tecnológica realizada no ano de 2023 pela Sutech, além de todas as ações executadas e registradas neste documento nas próximas páginas relacionadas as Iniciativas Estratégicas na área de TI da Emgea, podemos citar a aquisição de hardwares de reposição com o objetivo de realizar upgrade em equipamentos / estações de trabalho.

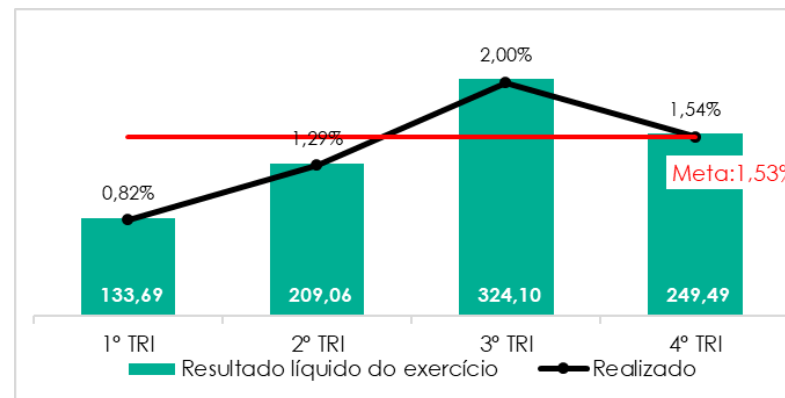
Foram, ainda, renovados os contratos que garantem a manutenção de garantia e de suporte técnico dos fabricantes, aos ativos e serviços de TI, bem como o realizado o levantamento de necessidades e a elaboração do estudo de viabilidade, visando a modernização do ambiente de TI, equipamentos e softwares.

Adicionalmente, foram realizados treinamentos aplicados aos colaboradores e colaboradoras sobre: a capacitação envolvendo a Ética, Integridade e Conduta, LGPD e seus princípios, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, Auditoria Interna e Direitos Humanos, e também curso de Governança Corporativa para Empresas Estatais, em obediência à Lei 13.303/2016 e ao Decreto nº 8.945/2016 realizados pelos administradores.

Em relação a comunicação foram aprimorados o fluxo de tratamento das informações solicitadas pelos usuários à Ouvidoria da Emgea, via Plataforma Fala.br.

Retorno sobre o Ativo (ROA) “Maior Melhor”

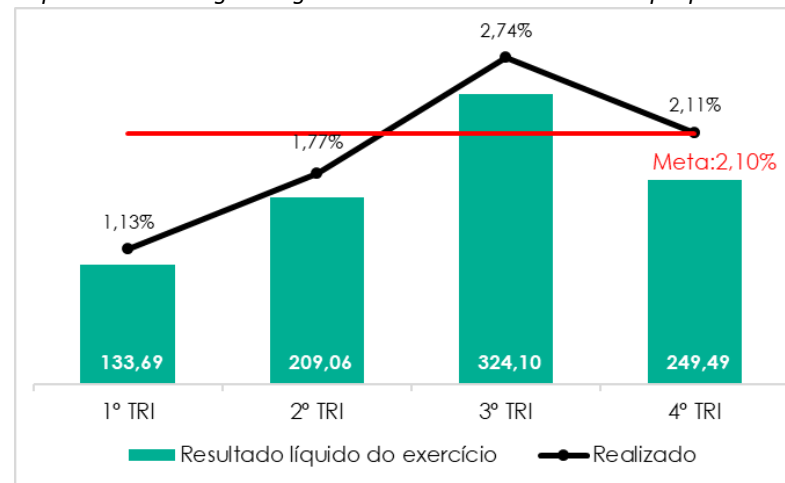
Mede a capacidade da Emgea de gerar lucro com os ativos que possui. R\$ Milhões



Apuração: $[\text{Resultado líquido do exercício}] / [\text{Total do Ativo em 31.12.2022} = 16.245,37 \text{ milhões}] * 100$

Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) “Maior Melhor”

Mede a capacidade da Emgea de gerar lucro através dos recursos que possui. R\$ Milhões



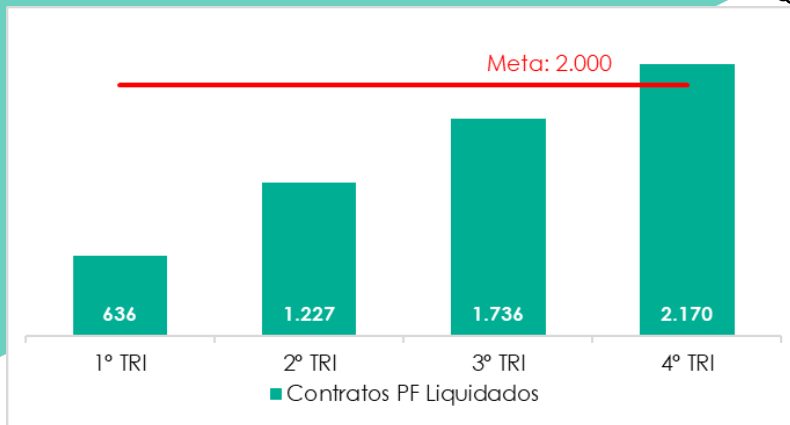
Apuração: $[\text{Resultado líquido do exercício}] / [\text{Patrimônio Líquido em 31.12.2022} = 11.835,50 \text{ milhões}] * 100$

Liquidação da Carteira Pessoa Física – LPF – “Maior Melhor”

Mede a quantidade de créditos habitacionais de pessoa física liquidados em 2023.

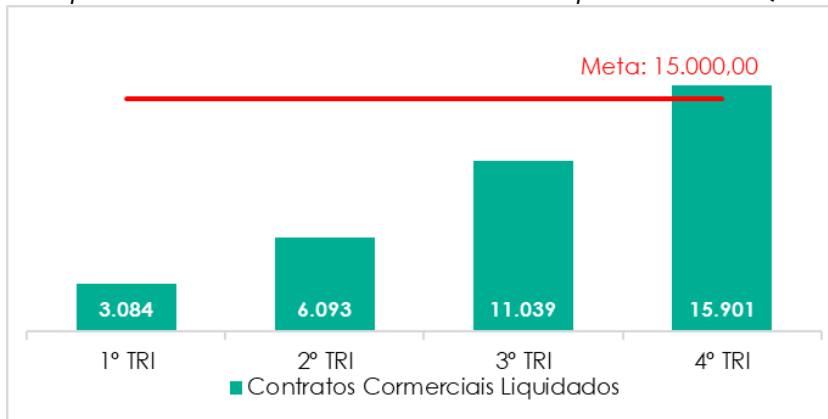


Quantidade



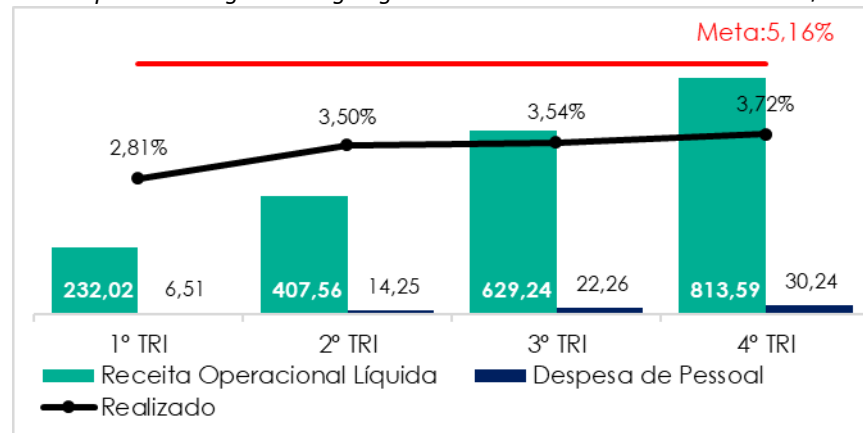
Liquidação Carteira Comercial – LCC – “Maior Melhor”

Mede a quantidade de créditos da Carteira Comercial liquidados 2023. *Quantidade*



Índice de Eficiência Operacional – IEO “Menor Melhor”

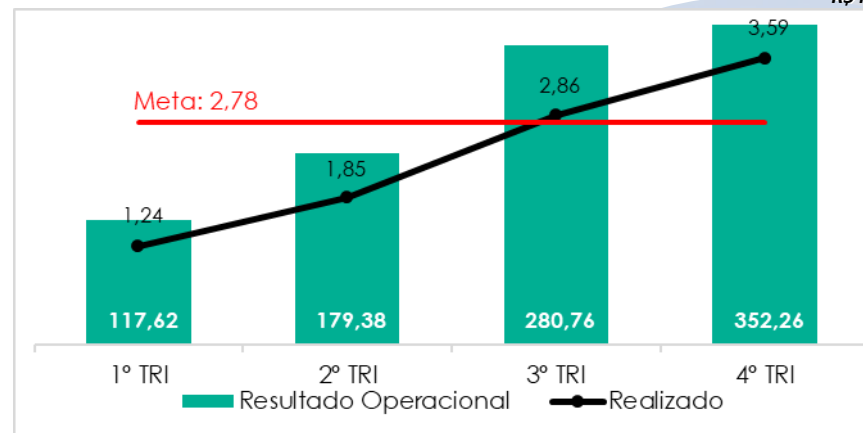
Mede o quanto a Emgea consegue gerar de receita com seus custos. *R\$ Milhões*



Apuração: $[\text{Despesa de Pessoal}] / [\text{Receita Operacional Líquida}] * 100$

Produtividade per Capita (PPC) “Maior Melhor”

Mede a performance de produção da Emgea, considerando seu total de empregados. *R\$ Milhões*



Apuração: $[\text{Resultado Operacional}] / [\text{N}^\circ \text{ total de empregados}]$

Novos Negócios Emgea – NNE

Indica a concretização da nova estratégia de negócios da Emgea

EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL DOS DIRIGENTES - 2023

A Emgea instituiu o Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes - RVA para seus Diretores de acordo com a legislação aplicável.

O objetivo do Programa RVA é vincular parcela da remuneração ao desempenho dos Diretores, de modo a garantir a implementação da estratégia corporativa, o alcance de resultados na empresa e a execução de políticas públicas e o contínuo aprimoramento das estruturas de governança, conformidade e transparência.

Para o ano de 2023, foi celebrado Acordo de RVA específico entre a Emgea e os membros da Diretoria Executiva vinculado ao Programa de RVA, em que foram definidos os indicadores, metas, pontuações para o efetivo pagamento.

Apresentamos abaixo os resultados alcançados para os indicadores do Programa de RVA – Dirigentes:

Indicadores do “Nível Corporativo

Para o nível corporativo são utilizados os indicadores e metas do Planejamento Estratégico.

A apuração consta nos gráficos do item anterior: Resultados Do Plano De Negócios Da Emgea - Gestão Estratégica.

Indicadores do “Nível Unidade de Negócio”

O cálculo do desempenho foi realizado considerando os indicadores e os critérios aprovados pelo Conselho de Administração da Emgea e ainda pendentes de aprovação pela Sest.

Indicador	IC- SEST
Meta	800 pontos

Macro Processo	Pessoal	Monitoramento EF e GI	Saúde e Previdência	Orçamento	Governança
Pontuação	192	140	200	200	200
Realizado	932				
Desempenho	116,50%				

Indicador:	Dicom - Recuperação de créditos comerciais e da alienação de imóveis não de uso				
Meta:	85,00%				
Fórmula:	{ [(ACC / MCC) * 0,5 + (AIMOV / MIMOV) * 0,5] * 100				
	Realizado - Valores em R\$ milhões				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	
ACC - arrecadação da carteira de créditos comerciais	3,69	7,54	12,06	15,98	
MCC - meta de arrecadação da carteira de créditos comerciais	15,79	15,79	15,79	15,79	
AIMOV - arrecadação com a alienação de imóveis não de uso	16,25	20,9	25,37	28,45	
MIMOV - meta de arrecadação com a alienação de imóveis não de uso	28,84	28,84	28,84	28,84	
Realizado	39,86%	60,11%	82,17%	99,93%	
Desempenho	46,89%	70,72%	96,67%	117,56%	

Indicador:	Diope - Recuperação de créditos imobiliários perante pessoa física e de créditos perante pessoa jurídica				
Meta:	87,00%				
Fórmula:	{ [(APF / MPF) * 0,50] + (APJ / MPJ) * 0,50 } * 100				
	Realizado - Valores em R\$ milhões				
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri	
APF - arrecadação da carteira de créditos imobiliários perante pessoas físicas	23,81	45,57	70,32	91,09	
MPF - meta de arrecadação da carteira de créditos imobiliários perante pessoas físicas	89,89	89,89	89,89	89,89	
APJ - arrecadação registrada para a Carteira de Créditos Imobiliários Pessoa Jurídica	0,72	2,9	3,57	40,17	

MPJ - meta financeira da Carteira de Créditos Imobiliários Pessoa Jurídica	6,23	6,23	6,23	6,23
Realizado	19,02%	48,62%	67,77%	373,06%
Desempenho	21,86%	55,89%	77,90%	428,80%

Indicador:	Dirad - Cumprimento das ações previstas no PDTIC			
Meta:	93,00%			
Fórmula:	Quantidade de ações concluídas/Quantidade de ações previstas a serem concluídas até 31.12.2023)*100			
	Realizado - Valores acumulados			
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
Quantidade de ações concluídas	0	0	2	12
Ações previstas no PDTIC – 2023	14	14	14	14
Realizado	0,00%	0,00%	14,29%	85,71%
Desempenho	0,00%	0,00%	15,37%	92,16%

Indicador:	Difin – Tempestividade dos encaminhamentos à Direx			
Meta:	96,00%			
Fórmula:	(1 + 2 + 3 + 4) / Meta; sendo que o percentual considerado para cada entrega é de 2,08333% (25%/12 = 2,08333%)			
	Realizado - Valores acumulados em %			
	1º Tri	2º Tri	3º Tri	4º Tri
1. Projeção de Fluxo de caixa: 25% (12 envios).	6,25%	12,50%	18,75%	25,00%
2. Gestão Financeira enviada até último dia do mês posterior: 25% (12 envios).	6,25%	12,50%	18,75%	25,00%
3. Acompanhamento Contábil até 5º DU do 2º mês Subsequente ao fechamento: 25% (12 envios).	4,17%	10,42%	16,67%	22,92%
4. Acompanhamento Orçamentário até 5º DU do 2º mês Subsequente ao fechamento: 25% (12 envios).	4,17%	10,42%	16,67%	22,92%
Realizado	20,84%	45,84%	70,84%	95,84%
Desempenho	21,71%	47,75%	73,79%	99,83%

PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PDTIC

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTI é o documento que define diretrizes para o fornecimento de recursos e de ferramentas de tecnologia da informação necessários para o alcance dos objetivos estratégicos da Empresa.

O PDTIC foi elaborado observando o ambiente interno e externo, bem como em consonância do Planejamento Estratégico da Emgea aprovado em junho de 2023

Levantadas as necessidades de tecnologia da informação para alcance dos objetivos estratégicos da Emgea para 2023 foram definidos 3 (três) Objetivos Estratégicos de TI e para cada objetivo foram definidas iniciativas estratégicas:

Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas
1. Prover e disponibilizar soluções de TI para os negócios da Empresa e sustentabilidade financeira	1.1-Promover a melhoria contínua dos serviços de TI. 1.2-Manter e desenvolver (ou adquirir) novas aplicações para atendimento às necessidades da Emgea
2. Aprimorar a segurança da informação, com vistas a assegurar disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações corporativas	2.1-Promover a melhoria contínua dos mecanismos de segurança da informação
3. Aprimorar a capacitação dos colaboradores para o desenvolvimento e utilização das soluções de TI	3.1-Aprimorar a capacitação dos colaboradores da área de TI. 3.2-Aprimorar a capacitação dos colaboradores da Emgea para uso das soluções de TI.

RESULTADOS ALCANÇADOS NO PDTIC

A1-Levantamento de necessidades e elaboração do estudo de viabilidade e termo de referência para modernização do ambiente de TI, equipamentos e softwares.

Meta.	Status
Entregar o estudo de viabilidade	Concluído

A2-Atualizar a versão do ERP TOTVS RM nas estações de trabalho e nos servidores

Meta	Status
Promover a atualização dos <i>softwares</i> conforme orientação da fabricante.	Concluído

A3-Manter os ativos e serviços de TI – contratos administrativos

Meta	Status
Renovar os contratos administrativos sob gestão da SUTEC que garantem a manutenção da garantia e de suporte técnico dos fabricantes.	Concluído

A4-Manter os ativos e serviços de TI – Capacidade física do ambiente computacional

Meta	Status
Emitir relatórios trimestrais de capacidade dos ativos de TI do Data Center.	Concluído

A5-Atendimento aos chamados de suporte técnico dentro do prazo.

Meta	Status
Atender 90% dos chamados de suporte técnico dentro do prazo .	Concluído

A6-Satisfação no atendimento aos chamados de suporte técnico.

Meta	Status
Obter classificação final como “Ótimo” ou “Bom” para no mínimo 90% dos chamados avaliados pelos usuários internos em relação ao atendimento prestado durante o suporte técnico .	Concluído

A7-Aprimorar as soluções de tecnologia para atender as necessidades da Emgea, de acordo com a planilha de priorização das ações de internalização sob gestão da Asses, a ser aprovada pela Diretoria Executiva.

Meta	Status
Implementar as ações prioritizadas	Não atingido. Foram definidos novos fluxos das ações com reportes a Direx e Coaud.

A8 -Monitorar o ambiente tecnológico contra crimes cibernéticos

Meta	Status
Emitir relatórios mensais relacionados aos seguintes mecanismos de segurança: <i>firewall</i> , antivírus, antispam e proteção anti-DDoS.	Concluído

A9-Monitorar a integridades dos *backups* armazenados em mídias magnéticas

Meta	Status
Emitir relatório trimestral de restauração do <i>backup</i> , conforme escopo definido (sistema crítico, banco de dados ou máquina virtual).	Concluído

A10-Implementar correção de vulnerabilidades apontadas no Relatório de Pentest (*ethical hacking*) no ambiente computacional da Emgea

Meta	Status
Implementar 80% das correções que não envolvam aquisição de produtos ou serviços.	Concluído

A11-Promover a participação dos gestores da Sutech em eventos de capacitação para desenvolvimento de competências gerenciais

Meta	Status
Treinar 2 gestores da Sutech em no mínimo 1 (um) evento .	Concluído

A12-Aprimorar a capacitação dos colaboradores da Sutech para suportar o ambiente tecnológico

Meta	Status
Promover a participação de 10 empregados da Emgea lotados na Sutech.	Não atingido. Foram capacitados 3 colaboradores.

A13 -Promover ciclo de apresentações sobre as funcionalidades disponíveis em soluções corporativas

Meta	Status
Promover capacitação de usuários em no mínimo 2 (duas) soluções corporativas.	Concluído

A14 - Fomentar a cultura de segurança da informação

Meta	Status
------	--------

Promover no mínimo 1 (uma) palestra para os colaboradores da Emgea com foco em *Cibersegurança* e LGPD.

Concluído

DESEMPENHO

GESTÃO ECONÔMICA

ATIVOS

O Ativo total da Emgea somou R\$ 16,53 bilhões, com uma variação de 1,75% em relação ao exercício anterior, principalmente em razão da atualização monetária e incorporação de juros (por competência) da carteira de créditos perante o FCVS, que representa o maior ativo da Empresa.

R\$ Milhões

Principais Ativos	2023	2022	Variação
Ativo	16.530,24	16.245,37	1,75%
FCVS	14.488,68	14.049,07	3,13%
Créditos Imobiliários	757,76	772,66	-1,93%
Fundos de Investimentos	828,43	834,96	-0,78%
Imóveis Não de Uso	86,74	96,87	-10,46%
Créditos Vinculados	357,58	440,11	-18,75%
Créditos Comerciais	0,35	0,63	-45,44%
Outros	10,70	51,07	-79,05%

PASSIVOS

O Passivo Exigível totalizou R\$ 4,58 bilhões, com uma variação de 3,80% em relação a 2022. Destacam-se nesse Passivo as obrigações para com o FGTS.

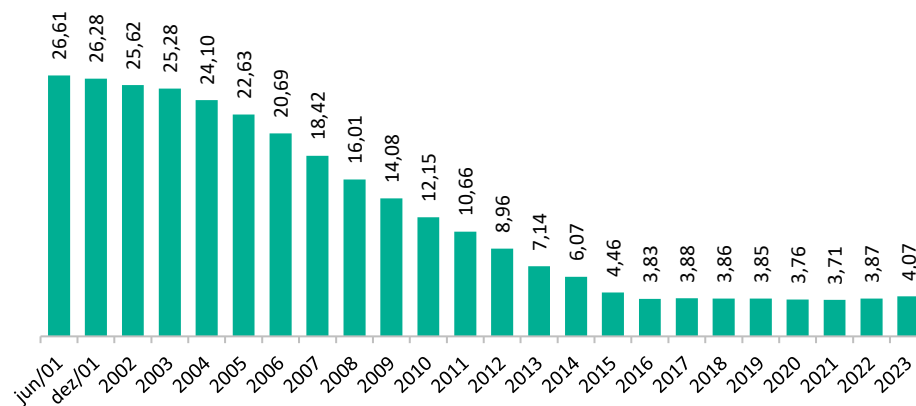
R\$ Milhões

Principais Passivos	2023	2022	Variação
Passivo exigível	4.577,47	4.409,87	3,80%
Financiamentos	4.069,95	3.868,82	5,20%
Outras obrigações	436,86	436,71	0,03%
Provisões para contingências	70,66	104,34	-32,28%

Com os pagamentos realizados em 2023 e as atualizações monetárias ocorridas no período, o saldo de financiamentos (FGTS) totalizou, ao final do exercício, R\$ 4,07 bilhões, superior em 5,20% em relação ao saldo do encerramento do exercício anterior, em função da elevação substancial da taxa Selic no período, que representa o principal indicador do custo de carregamento do passivo da Empresa perante o FGTS.

Evolução do Saldo de Financiamentos - 2001 – 2023

R\$ Bilhões



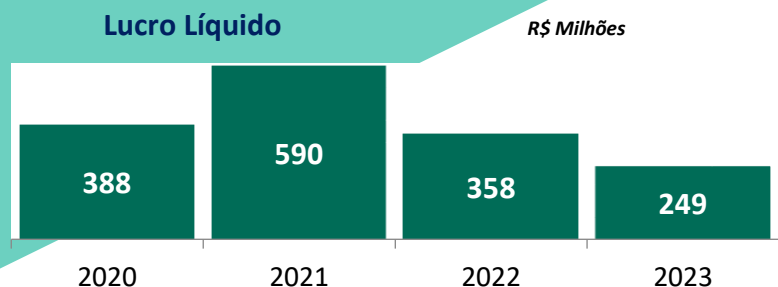
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da Empresa aumentou 0,99% em relação a 2022, totalizando R\$ 11,95 bilhões, devido principalmente à incorporação do lucro líquido de 2023.

Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	
	2023	2022
Evolution		

11.952,77 11.835,50 0,99%

RESULTADO ECONÔMICO



O resultado antes dos tributos em 2023 alcançou o montante de 408,80 milhões ante a 358,21 milhões em 2022, um acréscimo nominal de 14,12%. De outro lado, o Lucro líquido, de R\$ 249,49 milhões, foi 30,35% menor que o de 2022, principalmente pelos pagamentos de impostos e contribuições sobre o lucro, decorrentes da apuração base positiva de IRPJ e CSLL no exercício, o que não ocorreu em 2022. Importante mencionar que não houve impacto para a União, acionista única, em face de o resultado bruto ser distribuído entre tributos, dividendos e incorporação ao patrimônio.

Demonstração do Resultado do Exercício

R\$ Milhões

Resultado	2023	2022	Variação
Receita bruta	1.072,97	1.021,56	5,03%
Deduções da receita bruta	-91,39	-1.470,00	-93,78%
Custos operacionais	-406,88	-356,60	14,10%
Despesas administrativas	-54,45	-48,21	12,94%
Receitas/despesas operacionais	-167,99	1.194,54	-114,06%
Resultado financeiro	56,54	16,92	234,13%
Impostos e Contribuições sobre o Lucro	-159,31	0,00	-100,00%
Resultado líquido do exercício	249,49	358,21	-30,35%

A Receita Bruta é composta por valores de atualização monetária e juros apropriados pelo regime de competência sobre o saldo a receber dos ativos financeiros, calculados de acordo com o método dos juros efetivos, com destaque para a carteira de créditos perante o FCVS. Em 2023, houve acréscimo de receita da carteira de crédito imobiliário pessoa jurídica, em razão de recuperações de crédito já baixados a prejuízo, obtidas por meio de negociações com os devedores.

As Deduções da receita bruta correspondem aos impostos e contribuições Pasep/Cofins incidentes sobre a receita bruta, aos descontos concedidos nas liquidações das carteiras de crédito e às transferências para perdas de créditos ocorridas no exercício. A redução nessa rubrica em 2023 refere-se principalmente ao menor volume de transferências para perdas de contratos de créditos Imobiliários e Comerciais ocorrido em relação ao exercício anterior.

A redução das receitas/despesas operacionais ocorreu principalmente pelo decréscimo em receitas de reversões de perda esperada de créditos Imobiliários e Comerciais, também em razão do menor volume de transferências para perdas de contratos em relação ao exercício anterior.

O aumento do resultado financeiro, por sua vez, está associado ao acréscimo dos saldos de disponibilidades de recursos aplicados em fundos de investimentos, bem como ao aumento das taxas de juros de mercado no período.

A variação dos impostos e contribuições sobre o lucro ocorreu principalmente pela apuração de base negativa de IRPJ e CSLL no exercício de 2022, tendo em vista os efeitos tributários decorrentes dos ajustes temporários gerados pelo grande volume de transferências para perdas de contratos naquele exercício.

As Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, o Relatório da Auditoria Independente sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório do Comitê de Auditoria, a Manifestação do Conselho de Administração e o

Parecer do Conselho Fiscal sobre o encerramento do exercício de 2023 estão disponíveis na íntegra no sítio eletrônico www.emgea.gov.br > A Empresa > Informações Financeiras > Demonstrações Financeiras > Demonstrações Financeiras Anuais.

RESULTADOS DAS CARTEIRAS

Tendo como atividade principal a gestão de ativos – bens e direitos – provenientes da União e de entidades integrantes da administração pública federal, a Emgea desenvolve e implementa soluções financeiras para a recuperação das carteiras de operações de crédito – imobiliário, comercial e perante pessoas jurídicas dos setores privado e público – compõem os ativos primários.

O processo de recuperação desses créditos pode gerar recursos financeiros (principal), créditos perante o FCVS ou imóveis não de uso.

A atuação da Emgea tem permitido dar tratamento a ativos com alto risco de crédito bem como o cumprimento de políticas públicas com a regularização dos contratos habitacionais de milhares de famílias e cidadãos brasileiros.

Total de créditos e saldo operacional, em 31.12.2023:

Carteiras de Créditos	Qtde	Saldo Operacional (milhões)
Créditos Imobiliários perante Pessoas Físicas	61.482	R\$ 21.580,72
Créditos perante Pessoas Jurídicas - Setor Privado	731	R\$ 79.208,21
Créditos perante Pessoas Jurídicas - Setor Público	6	R\$ 3.970,52
Créditos Comerciais	1.540.137	R\$ 4.457,39
Créditos perante o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS	201.480	R\$ 19.606,80

No que diz respeito à gestão dos negócios, em 2023 foram intensificadas as ações voltadas ao aumento da arrecadação de recursos originários da gestão dos ativos da Empresa, seja por meio de ações diretas de cobrança

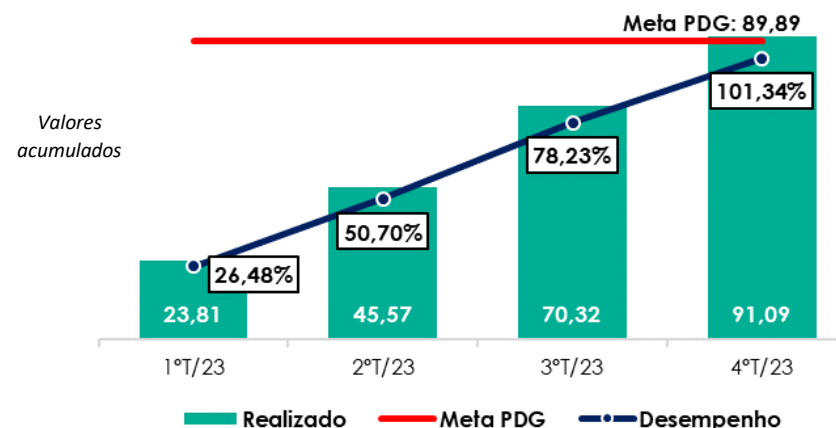
junto aos devedores como também aquelas voltadas ao incremento na venda de imóveis não de uso, incluindo melhorias para o desembaraço documental e financeiro com consequente oferta de imóveis no site para vendas, resultando em redução do tempo para finalização da operação com transferência de propriedade, portanto com impacto positivo na redução do custo de carregamento do estoque e mais efetividade no monitoramento de resultados.

>Pessoa Física

A carteira de créditos imobiliários é composta de créditos relativos a financiamentos imobiliários a pessoas físicas originalmente concedidos pela Caixa, adquiridos pela Emgea em 2001 e 2014.

Para o recebimento desses créditos são adotadas medidas negociais, tanto na esfera administrativa como na judicial, que incentivam a liquidação ou, não sendo possível, a reestruturação das dívidas, com a retomada do fluxo de pagamentos.

A arrecadação da carteira de pessoa física gerou cerca de R\$ 91,09 milhões.



>Pessoa Jurídica

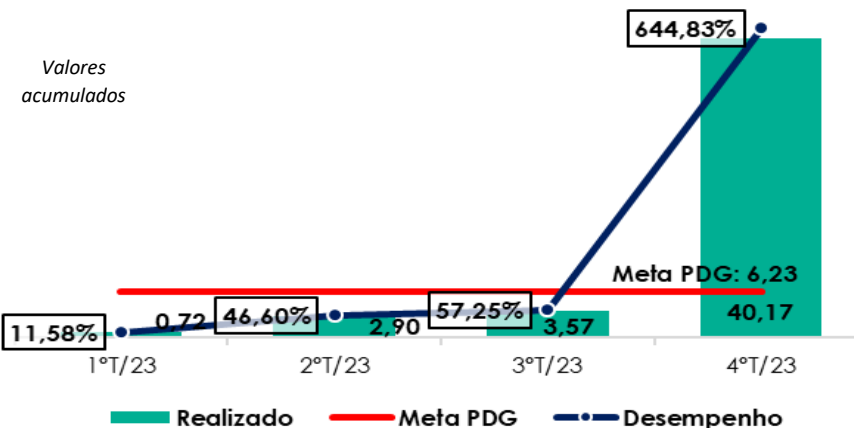
A carteira de créditos com pessoas jurídicas é composta por 737 contratos que se dividem entre os setores público e privado, e o saldo operacional da carteira era de aproximadamente R\$ 83,18 bilhões, em 31.12.2023.

A maioria das operações são, decorrentes, de créditos concedidos para construção de imóveis com recursos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação - SFH ou adquiridos de governos estaduais no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária – PROES. Tais operações foram cedidas pela Caixa à Emgea no ano de 2001, já na condição de inadimplentes.

Em 2023, a Superintendência de Operações com Pessoas Jurídicas retomou o processo de renegociação de dívidas com os clientes, analisando propostas até então pendentes. Foram priorizadas, para estudo, aquelas com expectativa de maior valor e retorno imediato para a Emgea.

Ainda em 2023, foi regulamentada a operacionalização do processo de cessão onerosa de créditos que já se encontrava prevista na política de negócios da Empresa. A cessão de créditos consiste num negócio jurídico pelo qual se realiza a alienação de direitos creditórios, quando uma das partes (cedente) transfere a terceiro (cessionário) seus direitos sobre determinado crédito, independentemente da concordância do devedor.

A arrecadação da carteira de pessoa jurídica gerou cerca de R\$ 40,17 milhões.



>Comercial

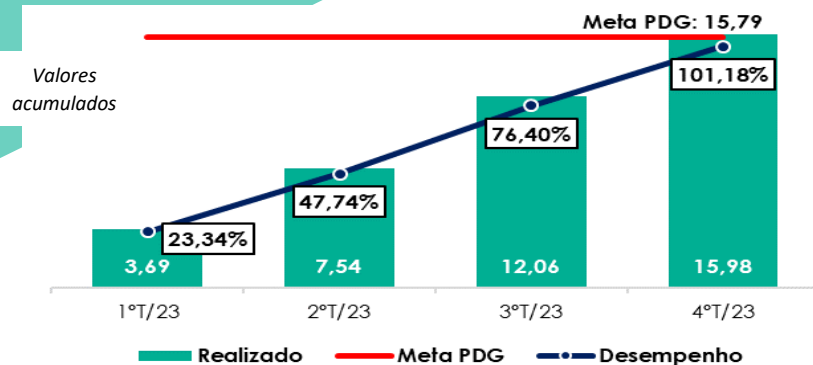
A carteira comercial é composta de contratos relativos a empréstimos a pessoas físicas originalmente concedidos pela Caixa, adquiridos pela Emgea em 2014, e é distribuído nos seguintes produtos: Construcard, Crediário Caixa Fácil, Crédito Caixa Fácil Rotativo, Crédito Direto Caixa – CDC, Microcrédito Produtivo Orientado, Minha Casa Melhor – MCM e Renegociação Comercial (sem MCM).

Para manter o nível de arrecadação, a Emgea lançou mão de estratégias de incentivo para a cobrança executada por empresas de assessoria contratadas. As assessorias receberam remuneração pelos valores arrecadados.

Além disso, a Emgea contrata assessoria para a cobrança que receberem remuneração pelos valores arrecadados, conforme as estratégias de incentivo por contratadas. Em dezembro de 2023, foram contratadas três assessorias de cobrança e ocorreram dois descredenciamentos, em virtude do não atingimento de meta avaliativa, perfazendo um total de sete assessorias contratadas.

Em 2023, foram estabelecidas novas condições para negociação dos créditos, considerando o envelhecimento da carteira, a impossibilidade de negativação de determinados devedores, a necessidade de redução de custos e de simplificação do processo de negociação.

A arrecadação da carteira comercial gerou cerca de R\$ 15,98 milhões.



Arrecadação da carteira comercial perante pessoa física totalizou R\$ 15,98 milhões e foram liquidados 15,90 mil contratos, cujo resultado foi obtido com o auxílio de Assessorias de Cobrança com atuação nacional e, ainda, a possibilidade de liquidação do contrato diretamente no portal da internet da Emgea. A carteira fechou 2023 com 1,54 milhões de contratos, R\$ 4,46 bilhões de saldo e média de R\$ 2,89 mil por contrato.

>Imóveis Não De Uso

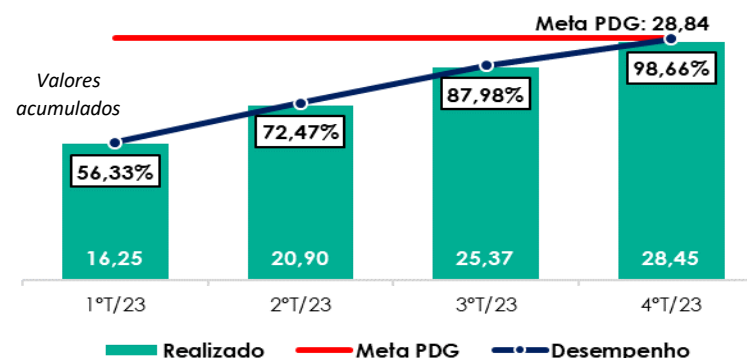
Uma das últimas medidas adotadas para a recuperação dos créditos, especialmente dos créditos imobiliários, depois de esgotadas as ações de cobrança, é a realização das garantias por meio de adjudicação, arrematação, recebimento de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

Em 31.12.2023, a situação da carteira de Imóveis era a seguinte:

Quantidade	Valor Avaliação (milhões)	Valor Venda (milhões)	Ticket médio
1.267	R\$ 317,28	R\$ 282,80	0,22
		R\$ 179,97	0,17

Das 1.267 unidades em estoque, aproximadamente 23% estão disponíveis para venda, as demais unidades se encontram bloqueadas, seja por problema de documentação para transferência de propriedade, impeditivo de venda por ação judicial, interditados por risco de desmoração e imóveis com gravame de penhora e arresto.

A alienação de imóveis gerou ingressos de cerca de R\$ 28,45 milhões.



Ainda sobre a gestão de imóveis não de uso, houve a revisão das diretrizes para realização de levantamento e negociação das dívidas *propter rem* e do seu respectivo plano de quitação, tais medidas influenciam na disponibilização dos imóveis para venda e na redução desse relevante passivo da Emgea, notadamente pelas negociações e descontos obtidos nas despesas condominiais.

Outro ponto importante inerente ao processo dos imóveis não de uso é a gestão das empresas prestadoras de serviços contratadas para realizar a venda em plataforma online e pelo levantamento/negociação dos débitos, pois conseguem atender em âmbito nacional e assim otimizar e agilizar tanto o pagamento de despesas incidentes sobre os imóveis quanto

realizar a venda aos compradores em qualquer lugar do país com finalização do processo junto aos cartórios de registro de imóveis.

>Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS

A Emgea também é titular de créditos perante o FCVS performados na empresa após a liquidação ou decurso de prazo das operações de créditos imobiliários firmadas com os mutuários finais com a cobertura do Fundo, ou cedidos nas negociações com devedores, os quais são realizados mediante a novação, com a União, das dívidas do Fundo, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

Em 2023 foram celebrados contratos de novações (Lei 10.150), entre a Emgea e a União, no valor de R\$ 327,93 milhões (Valor no 1º dia do mês de novação). No exercício também houve um acréscimo substancial dos processos de novação instruídos junto à Administradora do FCVS com vistas à formalização da novação, na ordem de R\$ 5,32 bilhões, que somados aos de anos anteriores ainda não novados, de R\$ 3,42 bilhões, totalizam R\$ 8,74 bilhões.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A gestão orçamentária da Emgea é realizada em consonância com o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais. O PDG para 2023 foi aprovado pelo Decreto nº 11.288 de 16.12.2022.

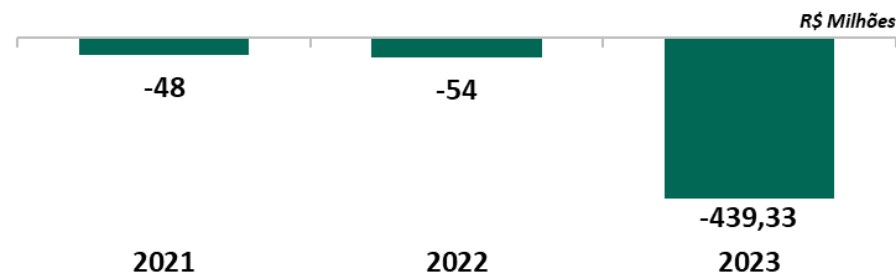
No decorrer de 2023, o orçamento foi adequado para fazer face a eventos não previstos quando da programação original. A primeira reprogramação orçamentária proposta à SEST/ME foi aprovada pela Portaria MGI nº 3.880, de 20.7.2023, e a segunda reprogramação foi aprovada pela Portaria MGI nº 8.002, de 1º.12.2023.

No ano, as receitas econômicas totalizaram R\$ 1,85 bilhões (-10,96% do previsto) e as despesas R\$ 1,57 bilhões (-19,72% do estimado), devido principalmente à realização, aquém do previsto, das novações de dívidas do FCVS (créditos da Emgea) pela União no período.

O “Resultado Primário” apresentou déficit fiscal de R\$ 439,33 milhões (17,16% inferior ao déficit previsto de R\$ 530,34 milhões), devido principalmente ao pagamento de dividendos e JCP relativos aos exercícios de 2019 e 2022 (R\$ 158,05 milhões) e de tributos sobre receitas e resultado (R\$ 225,36 milhões) ocorridos no período.

O gráfico seguinte apresenta o comportamento do Resultado Primário nos últimos três anos (2021 a 2023).

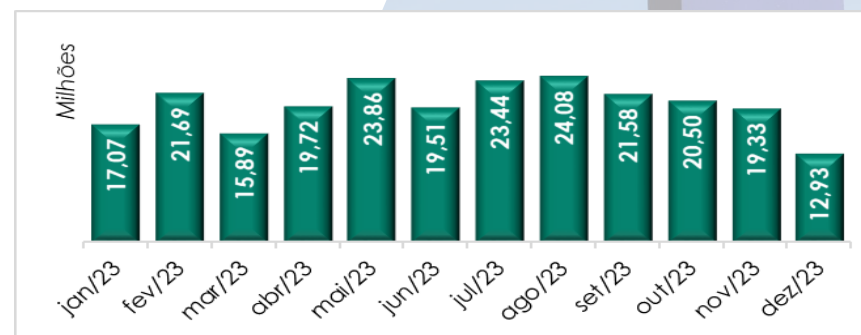
Resultados Primários - Conceito “Acima da Linha”



GESTÃO TRIBUTÁRIA

Durante o exercício foram recolhidos impostos, contribuições e taxas no montante de R\$ 239,61 milhões incluindo as compensações tributárias efetuadas ao longo do ano, o que representou um acréscimo de 183,83 % frente aos R\$ 84,42 milhões relativos ao exercício de 2022.

Impostos, Contribuições e Taxas



O acréscimo de R\$ 155,19 milhões decorre principalmente do recolhimento em 2023 de R\$ 116,56 milhões relativos a IRPJ e R\$ 42,75 milhões relativos a CSLL, o que não ocorreu em 2022 quando a empresa apurou prejuízo fiscal.

GESTÃO FINANCEIRA

Fluxo de Caixa - Ingresso de recursos

R\$ Milhões

Ingressos	2023	2022	Variação
Carteira de créditos comerciais	15,98	25,51	-37,36%
Carteira de créditos imobiliários PF	92,66*	116,71	-20,61%
Carteira de créditos imobiliários PJ	40,17	7,07	468,18%
Carteira de crédito setor público	-	0,72	-100,00%
Alienação Imóveis Não de Uso	28,45	75,72	-62,43%
Novação FCVS/ Monetização CVS	447,32	546,75	-18,19%
Receitas Financeiras Líquidas	109,63	54,73	100,31%
Crédito Tributário	10,18	1,08	842,59%
Outros	9,27	7,00	32,43%
Total	753,66	835,29	-9,77%

(*) Valor diferente do informado em tópicos anteriores, em razão da classificação realizada pela área financeira, que agrega outros ingressos relacionados aos respectivos produtos.

Em 2023 transitaram no caixa da Emgea R\$ 753,66 milhões, desempenho 9,77% inferior a 2022. Desse total, R\$ 447,32 milhões são originários da novação de dívidas do FCVS (créditos da Emgea), sendo R\$ 198,50 milhões (entre espécie e títulos CVSB) que se encontravam bloqueados perante ao FGTS, os quais foram utilizados para o pagamento das prestações mensais da dívida da Empresa para com o citado Fundo. Também oriundos de novações, R\$ 212,64 milhões (parcela em espécie da novação de dívidas com origem SBPE) e R\$ 36,18 milhões (permutas de títulos com o Tesouro Nacional) os quais foram creditados diretamente à Emgea.

Além das movimentações relativas aos processos de novação de dívidas do FCVS, registre-se os ingressos decorrentes da arrecadação de recursos

advindos das operações da Empresa, referentes à carteira de crédito imobiliário pessoa física (R\$ 92,66 milhões), os montantes obtidos pela alienação de imóveis não de uso (R\$ 28,45 milhões), os valores originários da carteira de créditos comerciais (R\$ 15,98 milhões) e da carteira de crédito imobiliário pessoa jurídica e setor público (R\$ 40,17 milhões), totalizando R\$ 177,26 milhões.

Fluxo de Caixa - Saída de recursos

R\$ Milhões

Saídas	2023	2022	Variação
Serviço da Dívida (FGTS e outros)	198,50	194,66	1,97%
Tributos/Encargos	225,36	73,64	206,03%
Serviços de Terceiros	25,91	24,72	4,81%
Prêmios de Seguros/FCVS	4,10	4,96	-17,34%
Outros Dispêndios Correntes (Ressarcimentos)	75,17	39,05	92,50%
Despesas Administrativas e de Pessoal	33,84	30,75	10,05%
Dividendos/JCP/PLR/RVA	190,68	0,15	127.020,00%
Outros	6,55	11,97	-45,29%
Total	760,11	379,90	100,08%

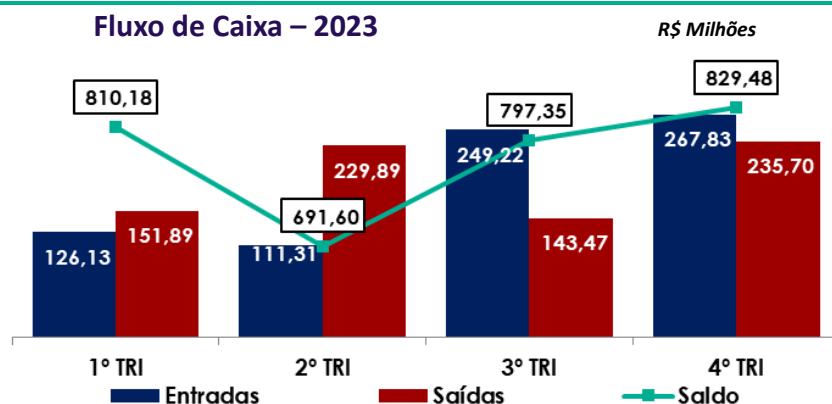
Os desembolsos no período somaram R\$ 760,11 milhões, dos quais destacamos os montantes relativos aos pagamentos de financiamentos perante o FGTS (R\$ 198,50 milhões), de tributos (R\$ 225,36 milhões), dos pagamentos de JCP/PLR/RVA referentes ao exercício de 2022 e de R\$ 99,76 milhões a título de Dividendos/PLR referentes ao exercício de 2019, de dispêndios correntes operacionais (R\$ 75,17 milhões) e com serviços de terceiros (R\$ 25,91 milhões). Observa-se que as saídas no período foram 100,08% (R\$ 380,21 milhões) maiores que em 2022.

Vale registrar que, com base na CCFGTS 752/2014, revogada pela Resolução 809/2016, o pagamento das prestações mensais da dívida perante o FGTS ao longo de 2023 foi realizado com os recursos provenientes de Novação de Créditos FCVS que estão caucionados na Caixa/FGTS. O saldo remanescente desses recursos, em 31.12.2023, é de

R\$ 244,60 milhões e será utilizado no pagamento das prestações vincendas do contrato nº 450.169 no decorrer de 2024.

No tocante à gestão de passivos, a publicação da Resolução CCFGTS nº 1.038, de 7 de julho de 2022, possibilitou a renegociação dos prazos de carência para pagamento de parte expressiva das dívidas da Emgea junto ao FGTS por mais 18 meses, reduzindo significativamente o risco de liquidez da Empresa no curto prazo. Os 2º termos aditivos aos contratos foram assinados em 21.11.2022 e os prazos ajustados para 20.6.2024 (contrato nº 478.510) e 20.8.2024 (contrato nº 482.487). Importante registrar que a citada Resolução CCFGTS nº 1.038/2022 permite, a critério do Agente Operador (Caixa), novas prorrogações da carência de vencimento das dívidas perante o FGTS, até dezembro de 2026.

No final de 2023, o saldo de caixa somou R\$ 829,48 milhões. Comparando ao encerramento de 2022 (R\$ 835,94 milhões), o valor foi 0,77 % menor.



Seguindo o estabelecido no Art. 2º da Resolução CMN nº 3.284/2005 alterado pela Resolução CMN nº 4.034/2011) as disponibilidades financeiras da Emgea são aplicadas em fundos de investimentos Extramercado geridos por instituições financeiras federais: BB Extramercado FAE 2 e Caixa Extramercado Exclusivo XXI.

Os referenciais de rentabilidade desses fundos acompanharam a variação do subíndice Anbima IRFM-1 (Índice de Renda Fixa de Mercado), cujas carteiras são compostas por títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN) de curto prazo.

Rentabilidade das Aplicações Financeiras

Ano	Rentabilidade acumulada:	
	nominal média	média*
2018	6,94%	99,47%
2019	6,74%	99,69%
2020	3,67%	95,64%
2021	2,65%	90,54%
2022	11,85%	98,54%
2023	13,12%	99,01%

*Em relação ao índice Anbima

GESTÃO DE PESSOAS

A Emgea não possui quadro de pessoal próprio. Como previsto na Medida Provisória que autorizou a criação da Empresa (MP nº 2.196-3/2001) e o Decreto nº 3.848/2001 que a criou e aprovou seu primeiro estatuto, os cargos comissionados são ocupados por profissionais contratados no mercado e por empregados cedidos pela Administração Pública Federal e submetem-se ao regime integral e dedicação exclusiva ao serviço.

A estrutura atual, aprovada por meio da Portaria nº 17, de 22.12.2015, pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST (atual Secretaria de Coordenação das Estatais - SEST, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI), estabelece a dotação de 104 (cento e quatro) colaboradores.

Para a realização de serviços de apoio administrativo são contratados serviços terceirizados.



Com o objetivo de inserir estudantes no mercado de trabalho, a Emgea manteve em seu quadro de pessoal, nove menores aprendizes e dezesseis estagiários, em 31.12.2023.

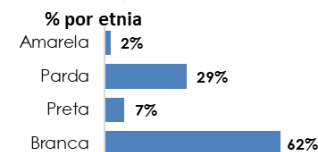
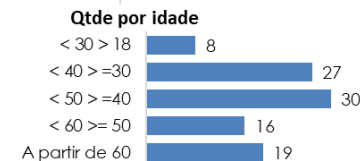
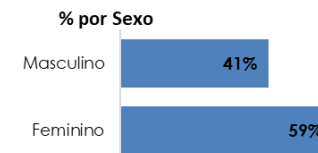
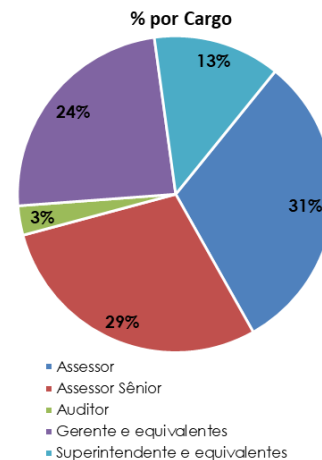
Todos os programas legais que tem como escopo a segurança no trabalho, quais sejam: Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR; Análise Ergonômica do Trabalho – AET; Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho – LTCAT sempre estão atualizados; o que auxilia na manutenção do grau mínimo da Emgea no Fator Acidentário de Prevenção – FAP, junto ao Ministério da Previdência Social.

A Emgea possui Política de Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados o que proporcionou, no último triênio, considerando o desempenho no cumprimento das metas estabelecidas; o pagamento integral dos valores definidos em acordo.

O Regulamento de Pessoal da Empresa apresenta um Programa de Valorização do Capital Humano que dentre as ações de impacto destaca-se a necessidade de verificar no processo seletivo critérios de pluralidade e diversidade, reservando, preferencialmente, ao menos 50% dos cargos ao acesso feminino.

Em 31.12.2023, a companhia fechou com lotação de 100 (cem) colaboradores e o quadro de pessoal demonstra os seguintes perfis:

Perfil de colaboradores em 31.12.2023.



POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE.

A Emgea possui dois programas específicos para a participação de empregados e administradores nos resultados da Empresa, anualmente submetidos à aprovação da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Ministério da Fazenda: o *Programa de Participação de Empregados nos Lucros ou Resultados da Emgea - PLR Empregados* e *Programa de Remuneração Variável Anual - RVA de Dirigentes da Emgea*.

O Programa PLR Empregados promove a distribuição de lucros ou resultados aos empregados da Emgea e tem por objetivo incentivar os negócios e a melhoria dos resultados da Empresa ao reconhecer o esforço de cada um na construção do resultado do exercício.

O Programa RVA de Dirigentes tem por objetivo vincular a parcela da remuneração variável dos dirigentes a seu desempenho em relação ao alcance de resultados na Empresa.

Os critérios são compatíveis com a política de gestão de riscos, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição a riscos acima dos níveis considerados prudentes, garantindo-se o desenvolvimento sustentável da Empresa.

Tanto no Programa PLR Empregados como no Programa de RVA de Dirigentes, os indicadores definidos são alinhados com o Planejamento Estratégico e com o Plano de Negócios da Empresa e os pagamentos são condicionados ao alcance das metas estabelecidas, sendo os valores dos indicadores verificados e auditados. São também condicionantes ao pagamento de vantagens aos empregados: a necessidade de prévia autorização do CPPI para eventual distribuição de dividendos, no caso de sociedade incluída no PND e aos dirigentes o efetivo recolhimento de recursos ao acionista (dividendos e/ou JCP).

A remuneração dos colaboradores e dos membros dos órgãos estatutários da Emgea é divulgada no sítio eletrônico da Empresa e nas Notas

Explicativas que compõem as Demonstrações Financeiras Trimestrais e Anuais, também publicadas no sítio eletrônico.

DIREITOS HUMANOS

Consideramos que os direitos humanos são direitos básicos inerentes a todos.

Expressamos no Código de Ética, Integridade e Conduta o nosso compromisso de promover a equidade, o respeito a todas as diferenças, sejam elas de gênero e orientação sexual, de raça e etnia, de religião, de cultura, de convicção política, de idade, de classe social, de capacidade física ou quaisquer outras.

Também não admitimos atos de preconceito, discriminação, assédio moral, assédio sexual, ameaça, chantagem, calúnia, difamação, injúria, falso testemunho ou quaisquer outros atos que contrariem nossos valores éticos.

Divulgamos no sítio eletrônico o Código de Ética, Integridade e Conduta código aplicável a todos os membros dos órgãos estatutários, colaboradores e parceiros da Emgea, bem como àqueles que estiverem prestando serviços para a Emgea.

Destacamos abaixo, ações da Emgea relacionadas ao respeito aos direitos humanos:

- observação da pluralidade e da diversidade nos processos seletivos em cumprimento ao Programa de Valorização do Capital Humano;
- ampliação do prazo de licença paternidade em 15 dias, mediante solicitação formal do funcionário, totalizando 20 dias de ausência;
- concessão da licença maternidade e adoção de até 180 dias;
- utilização de cláusulas contratuais que expressam o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal para atender aos requisitos de responsabilidade socioambiental.

- disponibilização de Ouvidoria, canal de comunicação direta, especializado no atendimento denúncias, sugestões e agradecimentos/elogios ou, ainda, de reclamações, solicitações e dúvidas não solucionadas através dos canais de atendimento convencionais. A Ouvidoria Interna encaminha, semestralmente, um Relatório para o Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

As compras e contratações pela Emgea são realizadas com observância das exigências legais relativas a processos licitatórios.

Os pagamentos das obrigações relativas aos contratos firmados são precedidos de análise dos termos pactuados; da efetiva entrega dos produtos ou serviços; das condições de habilitação; da regularidade fiscal; e da existência de possíveis fatos impeditivos relacionados ao fornecedor.

Os desembolsos são acompanhados pela área gestora de contratações e pelos fiscais dos contratos.

Como ferramenta auxiliar para a gestão do processo de aquisição de bens e serviços, é utilizado o Sistema de Aquisição de Bens e Serviços - Sispaq, desenvolvido internamente pela Emgea.

O Sispaq é dotado de funcionalidades que, entre outras, permitem verificar a conformidade dos pagamentos efetuados.

Para a publicidade legal, destinada ao cumprimento de exigências previstas em Lei, a Emgea mantém contratos com a:

- a Imprensa Nacional, cujo objeto é prestação de serviços de publicação no Dou, de atos oficiais e demais materiais nas seções 1, 2 e 3;
- Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC, cujo objeto é a execução de serviços de distribuição de publicidade legal impressa e/ou eletrônica em veículos de comunicação.

As despesas com publicidade legal realizadas no exercício de 2023 estão relacionadas no quadro seguinte.

Ações de publicidade Legal – 2023

Programa Ação Orçamentária	Nº Contrato/ Ordem de Execução de Serviço	Vigência	Valores R\$	
			Empenhados	Pagos
Publicidade Legal	02/2022	30.3.2021 29.3.2024	700.000,00	145.208,41
	10/2021	7.10.2021 6.10.2026	120.000,00	82.043,36
TOTAL			820.000,00	227.251,77

Os contratos firmados estão disponíveis no [sítio eletrônico www.emgea.gov.br](http://www.emgea.gov.br) > Acesso à Informação > Licitações e Contratos.

GESTÃO PATRIMONIAL E DE INFRAESTRUTURA

A Emgea não possui imóveis da União sob sua responsabilidade. Mantém sua sede em Brasília, em imóvel locado. As despesas em 2023 foram as seguintes:

>Aluguel: R\$ 2.275.452,69; e >Manutenção predial: R\$ 517.701,86.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O modelo de governança de TI adotado pela Emgea conta com uma unidade organizacional responsável pela gestão do processo de tecnologia da informação e com comitês que atuam como órgãos de apoio à gestão (Ceti, CGTI e o CSI)

O Ceti é um comitê estratégico e tem na sua composição todos os membros da Diretoria Executiva e os coordenadores do CGTI e do CSI –, destinado a auxiliar a tomada de decisões relativas a práticas de governança de tecnologia da informação.

O CGTI é um comitê tático, composto por Superintendentes e equivalentes, que tem como objetivo assessorar, no nível tático, a tomada

de decisões relativas a práticas de governança de tecnologia da informação.

O CSI é também um comitê tático, composto por todos Superintendentes e equivalentes e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, que tem como objetivo assessorar, no nível tático, a tomada de decisões relativas a práticas de segurança da informação, Proteção de Dados Pessoais e Privacidade.

Para o gerenciamento dos ativos e dos serviços de tecnologia da informação, a Empresa conta com uma infraestrutura alinhada com as inovações utilizadas no mercado. Essa estrutura permite a produção e a otimização de ferramentas para o suporte à gestão dos seus processos e produtos, além do monitoramento de sistemas, serviços e ativos utilizados no ambiente de tecnologia.

Com vistas a segurança da informação, os ataques detectados no antivírus, *antispam*, serviços de firewall foram devidamente tratados o que permitiu mitigar qualquer problema nos serviços de rede da Emgea. Outro destaque importante foi a elaboração do mapa de relacionamento dos Sistemas legados da Emgea e a análise dos impactos gerados em caso de manutenção corretiva que foram tratados no âmbito do CGTI.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ciente da importância da participação do setor público na inclusão social e na gestão ambiental, e em linha como disposto no Decreto nº 10.936/2022, a Emgea conta com uma Comissão de Responsabilidade Socioambiental - CRSA. A CRSA, vinculada à Diretoria Executiva, atua como órgão de apoio à gestão em assuntos relacionados a responsabilidade socioambiental.

Em 2023 o processo de tramitação de documentos por meio eletrônico continuou sendo prioritário, havendo assim redução na produção de documentos em meio físico e a consequente diminuição de papéis a serem descartados. Houve uma redução de papéis de 20,59% (de 2019 a 2023).

O material reciclável da Empresa é coletado pelo Serviço de Limpeza Urbana - SLU/DF e repassado a cooperativas ou associações de catadores do Distrito Federal, em conformidade com a Lei Distrital nº 3.890/2006.

Com o objetivo de inserir estudantes no mercado de trabalho, a Emgea manteve em seu quadro de pessoal, seis menores aprendizes e dezesseis estagiários, em 31.12.2023.

CONSULTORIA JURÍDICA

Para o gerenciamento dos processos judiciais, internalizados ao longo do ano de 2023, a Emgea conta com o Sisgea, módulo “contencioso”, mediante o qual controla a integralidade dos atos praticados pelos escritórios jurídicos terceirizados. O sistema de remuneração dos escritórios é vinculado aos atos praticados, que dependem de prévia autorização para execução e posterior comprovação do cumprimento adequado para efetiva remuneração. O não cumprimento do ato ou o seu cumprimento irregular implica a ausência de remuneração do escritório terceirizado.

Merece destaque, ainda, a qualificação das informações judiciais das ações que a Emgea faz parte, complementando no sistema Sisgea informações relevantes, como tipo de processo (eletrônico/físico), fase processual, valor da causa, instâncias, partes e processo encerrado (contendo classificação, data e motivo do encerramento).

Considerando os 45.827 processos judiciais ativos dos 78.304 processos internalizados, 32.477 estão baixados e extintos, encontrando-se assim em curso 58,52% dos processos conduzidos pela Sujur, conforme posição em 14.3.2024.

GESTÃO DE INFORMAÇÕES E CONTROLE

A inclusão no PND levou a Diretoria da Emgea a designar a Gerência de Informações e Controles - Geinc como responsável para coordenar o



levantamento de dados operacionais e realizar a intermediação de informações junto às áreas internas e a órgãos externos.

Além disso, a gestão de informações apresentou significativa evolução. A Emgea hoje possui ferramentas de BI (Business Intelligence) e processo de produção de informações gerenciais para atender às áreas de negócios.

O ambiente de informações gerenciais conta hoje com recursos para disponibilização de relatórios e painéis que permitem o acompanhamento e análise dos negócios das carteiras da Emgea.

Foram desenvolvidos painéis de acompanhamento dos negócios da Carteira Comercial PF com atualizações diárias de informações de arrecadação, posição da carteira, desempenho das assessorias, projeções de resultado e acompanhamento de estratégias implementadas.





RISCOS, CONFORMIDADE E PERSPECTIVAS



ESTRUTURA DE GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Aderente às exigências da legislação e regulamentação vigentes e alinhada com as melhores práticas de mercado, a Emgea adota uma estrutura de gestão de riscos e controles internos organizada em linhas:



1ª linha

Todas as unidades organizacionais vinculadas às Diretorias e ao Diretor-Presidente. Cada uma das unidades é responsável por identificar, analisar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos inerentes à sua área de atuação e por implementar ações de controle para mitigá-los.

2ª linha

Superintendência de Controles Internos e Riscos é responsável pela gestão de riscos, controles internos e verificação de conformidade, diretamente vinculada ao Diretor-Presidente e com atuação independente em relação às demais unidades organizacionais.

3ª linha

Auditoria Interna, vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, ao qual se reporta diretamente, é responsável por aferir a adequação dos controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos.

As avaliações independentes realizadas pelo Comitê de Auditoria, pelo Conselho Fiscal, pela auditoria independente e pelos órgãos de fiscalização e controle fornecem subsídios para aprimoramento das práticas organizacionais, inclusive dos controles internos e gerenciamento de riscos.

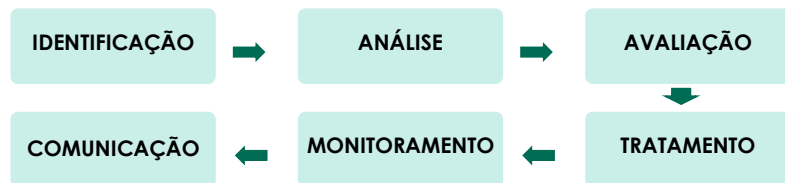


GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos integra a estrutura de controles internos, tendo como **objetivos**:

Assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da Emgea, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais a Empresa está exposta	Aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos da Empresa, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis	Melhorar a capacidade de identificar riscos e definir as respostas adequadas, tanto na definição de estratégias e objetivos estratégicos como na gestão dos processos organizacionais
	Reduzir os riscos a níveis aceitáveis	
Contribuir para a redução de imprevistos e dos custos ou prejuízos a eles associados	Preparar a Empresa para aproveitar oportunidades, considerando tanto os aspectos positivos do risco quanto os negativos	Aumentar a capacidade de prever mudanças nos cenários internos e externos e responder adequadamente a estas mudanças, com vistas a assegurar a longevidade da Empresa
Melhorar a alocação de recursos, a eficiência operacional e os processos organizacionais		

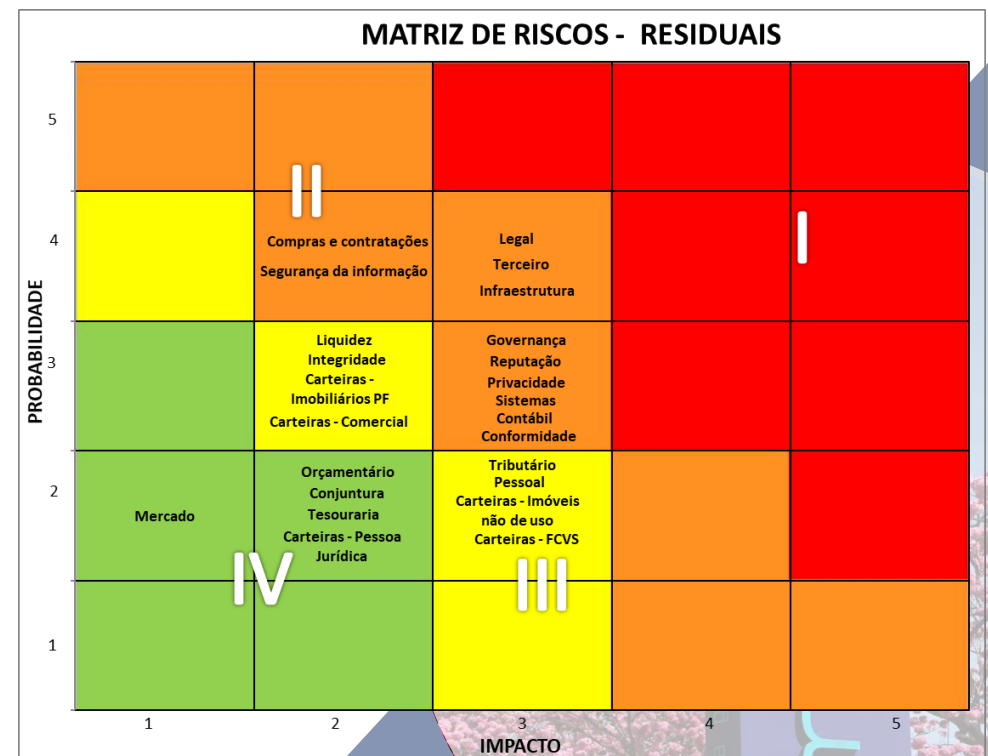
Como mecanismo para a gestão de riscos, é adotado um **processo**, cujas etapas abrangem:



Os resultados das etapas de identificação e de avaliação alimentam uma Matriz de Riscos que, considerando os níveis de probabilidade (possibilidade de materialização de um determinado evento de risco) e de impacto (efeito da ocorrência do evento de risco), auxilia na identificação dos riscos estratégicos, ou críticos, assim considerados aqueles que podem comprometer o alcance dos objetivos e do propósito da Empresa, hierarquizando-os em graus de exposição (extremo, alto, médio ou baixo).

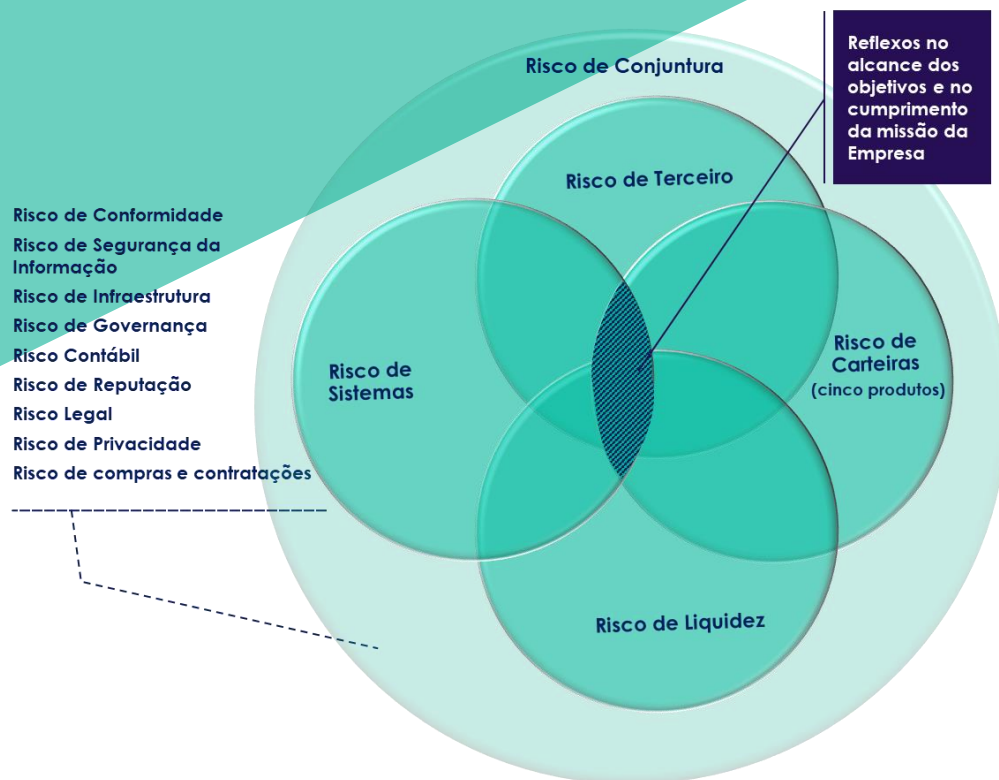
MATRIZ DE RISCOS - POSIÇÃO 31.12.2023

Apresentamos abaixo a Matriz de riscos no encerramento do exercício de 2023.





Integração dos riscos estratégicos em 31.12.2023.



PRINCIPAIS RISCOS [NÍVEIS ALTO E EXTREMO EM 31.12.2023]

Foram avaliados como Alto ou Extremo os riscos operacionais, em função da internalização da operacionalização dos contratos de créditos, com a consequente absorção de novos processos antes conduzidos pela Caixa, impactando diretamente o negócio da Empresa e os riscos legais, estratégicos e de reputação.

Riscos Operacionais

Caracterizados pelo risco de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas ou eventos externos

O processo de internalização, descrito no tópico: Ambiente e Contexto, teve reflexo na elevação dos riscos operacionais, dentre eles: risco de conformidade; risco de carteiras (cinco produtos); risco contábil; risco de infraestrutura; risco de conformidade; risco de privacidade; risco de segurança da informação; risco de sistemas e risco de terceiro.

Destacamos o **risco de carteiras** (degradação de créditos adquiridos e das garantias a eles vinculadas, similar ao “risco de crédito”, característico de empresas que concedem créditos), notadamente pelo fato de serem as carteiras de crédito – imobiliário, comercial, perante o setor público e privado e perante o FCVS – e a carteira de imóveis não de uso, os ativos geradores de receitas.

Consequentemente esses riscos podem impactar no risco de **reputação**, uma vez que falhas operacionais podem comprometer a confiança da sociedade, de clientes, contrapartes, fornecedores, órgãos governamentais, supervisores ou colaboradores internos em relação à capacidade da Empresa de cumprir seu Propósito e sua Missão Institucional.

Como medida de mitigação desses riscos, estão sendo adotadas pela Emgea diversas ações, tais como: aprimoramento de sistemas e das políticas, normas e procedimentos; a estruturação de processos e rotinas internos; a implementação dos controles internos; o cumprimento dos planos de trabalho da Auditoria Interna; disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos para automatização de atividades manuais; a inclusão de cláusulas específicas nos contratos firmados com as prestadoras de serviços, bem como a avaliação dos serviços prestados; o monitoramento contínuo da arrecadação, como subsídio para a adoção, de medidas para manutenção ou incremento dos valores arrecadados.

Risco Legal

O risco legal, caracterizado por sanções decorrentes de decisões contrárias à Emgea em litígio judicial ou extrajudicial é relevante para a Empresa, uma vez que as pendências operacionais decorrentes do processo de internalização podem acarretar o aumento de demandas judiciais, principalmente por ações judiciais envolvendo contratos, falhas processuais que ensejam o pagamento de condenações judiciais históricas e perda de ações judiciais.

Com vistas a mitigar esse riscos as demandas judiciais e administrativas são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de advogados e reconhecidas de acordo com as regras estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 25 e a revisão dos critérios de credenciamento para contratação de escritórios jurídicos, dentre outros.

Risco Estratégicos

O risco de **governança**, identificado como definição de processos e de estruturas inadequados para o alcance dos objetivos organizacionais, é relevante para Emgea considerando a motricidade dos riscos operacionais que refletem diretamente nos objetivos estratégicos da Empresa.

Para mitigar esse risco são adotadas medidas como a estruturação de controles para monitoramento dos processos e definição de normas; dimensionamento da força de trabalho qualificada; disponibilização de funcionalidades nos sistemas corporativos, estruturação de canais de atendimento e o aprimoramento da comunicação com o cliente.

Trimestralmente, os resultados dos trabalhos de verificação de conformidade e de gestão de riscos são reportados, por meio de relatórios, ao Comitê de Governança, Riscos e Controles; à Diretoria Executiva; ao Comitê de Auditoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

CONTROLES INTERNOS

Foi elaborado para o ano de 2023 o Plano de Aprimoramento dos Controles Internos, a partir das verificações de conformidade realizadas e do monitoramento dos riscos.

O Plano de Aprimoramento dos Controles Internos - 2023 é composto por 93 ações, distribuídas nos seguintes temas:

TEMAS	AÇÕES
GOVERNANÇA	8
ÉTICA, INTEGRIDADE E CONDUTA	8
ESTRATÉGIA	8
POLÍTICAS	12
NORMAS E PROCEDIMENTOS	48
REGISTROS E CONTROLES OPERACIONAIS E CONTÁBEIS	4
GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE	2
TRANSPARÊNCIA	3
TOTAL	93

As ações são acompanhadas e reportadas trimestralmente ao:

- Comitê de Governança, Riscos e Controles;
- Diretoria Executiva;
- Comitê de Auditoria;
- Conselhos de Administração e Fiscal.

AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna tem como missão aumentar e proteger o valor da Emgea, fornecendo avaliação, assessoria e conhecimento fundamentados em risco.

Para a efetividade da Auditoria Interna, ela tem como princípios: estar alinhada a missão, visão e objetivos estratégicos da Emgea; promover a melhoria organizacional; fornecer avaliações baseadas em risco; demonstrar qualidade e melhoria contínua; demonstrar integridade;

demonstrar a proficiência e o zelo profissional devido; ser objetivo e livre de influências indevidas (independente); estar vinculada por meio do Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração, ao qual se reportará diretamente; possuir recursos adequados; e comunicar-se de modo efetivo.

AUDITORIAS

Nº	TEMA	STATUS
2023001	Gestão contábil, financeira e tributária	Concluída
2023002	Contratos imobiliários perante pessoa física	Concluída
2023003	Contratos perante pessoa jurídica	Concluída
2023004	Imóveis não de uso	Concluída
2023005	Gestão de terceiros	Concluída
2023006	Gestão de compras	Concluída
2023007	Gestão de pessoas	Concluída
2023008	Gestão de sistemas e infraestrutura de TI	Concluída
2023009	Créditos FCVS	Concluída
2023010	Governança, gestão de riscos e controles internos	Concluída

OBJETIVOS

Considerando a missão e os princípios da Auditoria Interna, a estratégia da Emgea, refletida em seus objetivos, e os riscos a eles vinculados, a Auditoria Interna definiu seus próprios objetivos:

- oferecer serviços que contribuam para a melhoria da estrutura de governança, gestão de riscos e controles internos²;
- possuir um processo de auditoria interna efetivo e uma equipe com as competências necessárias para a qualidade das avaliações.

INDICADORES DE DESEMPENHO

Como forma de monitoramento desses objetivos de auditoria interna, os

² Ajustado, considerando as revisões da Estratégia de Longo Prazo 2023-2027 e do Plano de Negócios 2023 da Emgea, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29.6.2023, onde foram excluídas as diretrizes vinculadas à desestatização.

resultados dos indicadores seguem assim:

Indicadores	O que mede	mar/23	jun/23	set/23	dez/23
a) Recomendações de Auditoria Interna implementadas	Mostra o percentual de atendimento das recomendações da Auditoria Interna emitidas em exercícios anteriores Sentido: quanto maior melhor Cálculo: [quantidade de recomendações com prazo vincendo ou vencido atendidas / quantidade de recomendações com prazo vincendo ou vencido em 31.12.2021 somado a quantidade de recomendações emitidas em 2022]	Meta			
		25,00%	50,00%	75,00%	100,00%
		Realizado			
b) Execução do Plano Anual de Auditoria Interna - Paint	Mostra o percentual de conclusão das atividades de auditoria previstas no Paint/2023 Sentido: quanto maior melhor Cálculo: [quantidade de avaliações concluídas / quantidade de avaliações planejadas]	Meta			
		25,00%	50,00%	75,00%	100,00%
		Realizado			
c) Avaliação da Auditoria Interna pelo Comitê de Auditoria	Mostra o resultado da avaliação dos membros do Comitê de Auditoria sobre o trabalho da Auditoria Interna Cálculo: Opinião emitida por meio de Parecer do Coaud quando da emissão do Raint.	Meta			
		-	-	-	95,00%
		Realizado			
		-	-	-	94,73% [Nota 2]

Nota 1: Mar/23 = 6/22; Jun/23 = 8/22; Set/23 = 11/22; Dez/23 = 13/22. Esclarece-se que o denominador do cálculo é igual a "quantidade de recomendações com prazo vincendo ou vencido em 31.12.2022", ou seja, 22 recomendações emitidas em exercícios anteriores não implementadas até 31.12.2022. A meta não alcançada até dez/23 decorre, especialmente, da necessidade percebida de revisão dos apontamentos por parte de novos gestores.

Os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna – Raint estão disponíveis no sítio eletrônico www.emgea.gov.br > A Empresa > Governança Corporativa > Órgão de Governança > Auditoria Interna.

Os Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna – RAINT estão disponíveis no sítio eletrônico www.emgea.gov.br > A Empresa > Governança Corporativa > Órgão de Governança > Auditoria Interna.

AUDITORIA INDEPENDENTE

A empresa contratada para a realização de auditoria independente, Russell Bedford GM Auditores Independente S/S, emitiu o “Relatório circunstanciado sobre os procedimentos contábeis” e o “Relatório circunstanciado sobre os controles internos do ambiente de tecnologia da informação (Reemissão)”, contendo as conclusões da auditoria sobre as principais contas patrimoniais e sobre a revisão do ambiente de tecnologia da informação, em conexão com a elaboração das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2022.

No “Relatório circunstanciado sobre os procedimentos contábeis - 2022” foram consignadas as recomendações, listadas a seguir, bem como as medidas a serem adotadas pela Administração da Empresa:

Recomendação:	Comentários da Administração:
Realizar a parametrização correta no sistema Sisgea da segregação dos saldos entre circulante e não circulante, conforme expectativa de recebimento da carteira de crédito imobiliário.	<i>Em julho foi elaborada Nota Técnica nº 216/Sucor, de 19.7.2022, que apresenta diagnóstico situacional e propostas de encaminhamentos para a solução de pendências operacionais e contábeis existentes entre a Emgea e a Caixa, relacionadas a eventos operacionais, financeiros e contábeis pendentes de tratamento, conciliações e definições conjuntas pelas instituições e/ou internamente pela Emgea, decorrentes do processo de internalização, pela Emgea, de produtos e serviços antes prestados pela Caixa, bem como demais saldos pendentes de tratamento operacional apresentados nas DFs da Empresa. Considerando que a automatização da rotina de segregação do Circulante e Não Circulante não tem impactos financeiros e é uma rotina que vem sendo</i>

Recomendação:	Comentários da Administração:
Automatizar o controle realizado atualmente de forma manual sobre as despesas de manutenção de imóveis, de forma a garantir maior segurança nas informações e na geração de relatórios. Finalizar a validação da integridade dos dados e aprimoramento dos controles nos sistemas Totvs e Sisgea.	<i>realizada de forma manual pela Sucor, a automatização da rotina no Sisgea será tratada segundo o cronograma de atuação da unidade de tecnologia, a ser revisto pela Diretoria em conjunto com as áreas técnicas envolvidas.</i> <i>A área de imóveis, dentro das atribuições que lhe compete, atendeu a todos os apontamentos da Auditoria interna e externa, restando pendente o que é de natureza tecnológica a cargo da área de tecnologia, motivo pelo qual permanecem os controles manuais que visam mitigar as ocorrências até que se proceda as devidas melhorias e/ou ajustes de automação necessários aos controles.</i>
Finalizar a validação da integridade dos dados e aprimoramento dos controles internos. Buscar a formalização do acordo de Cooperação Técnica com a Caixa (Caixa Econômica Federal) para o devido acesso e controle das documentações.	<i>A validação da integridade dos dados dos créditos imobiliários pessoa física internalizados do sistema da Caixa (Siaci/GCE) para o Sisgea, foi finalizada com o tratamento, ainda em 2022, dos 831 créditos que não haviam sido internalizados no Sisgea em 31.1.2021.</i> <i>- Para o aprimoramento dos processos e controles internos a Diretoria Executiva solicitou a criação de um grupo de trabalho, dentro os temas abordados no está o mapeamento dos processos ora vigentes.</i> <i>- Com relação à formalização de Acordo de Cooperação Técnica - ACT com a Caixa, houve a celebração em 24.10.2023 de um ACT com formato mais abrangente, que permitirá a posterior celebração de outros ACT's ou contratos específicos para a solução de situações ainda pendentes em decorrência do encerramento do contrato de prestação de serviços em 31.1.2021. Estão em andamento reuniões semanais entre as duas empresas com o objetivo de sanar as pendências operacionais e financeiras.</i>

PERSPECTIVAS

No Planejamento Estratégico para o quinquênio 2024-2028 foram mantidos os objetivos estratégicos, as estratégias e as iniciativas de 2023, afim de dar continuidade aos trabalhos iniciados pela nova gestão da Emgea. No quadro a seguir pode-se observar a priorização e distribuição das escolhas estratégicas nas perspectivas finanças, processos, clientes e pessoas, oriundas da aplicação da metodologia *Balanced Scorecard – BSC* para o exercício de 2024.

Objetivos:	Gestão de Ativos e Sustentabilidade Financeira	
	Estratégias	Iniciativas Estratégicas
Finanças:	1. Viabilizar o ingresso de recursos financeiros que permitam a sustentabilidade econômica e financeira	1.1-Viabilizar processos de novações FCVS; 1.2-Cobrar e recuperar créditos; 1.3-Manter fluxo de caixa adequado às necessidades;
Processos:	2. Redesenhar os processos visando a eficiência operacional	2.1-Otimizar processos organizacionais; 2.2-Aprimorar a organização e disponibilização de Informações e do Conhecimento; 2.3-Tratar pendências operacionais e mitigar riscos; 2.4-Adequar a estrutura física e tecnológica; 2.5-Promover a comunicação clara e bilateral.
Clientes:	3. Promover ambiente de atendimento que maximize os resultados do relacionamento com os clientes	3.1-Estruturar monitoramento e avaliação sobre satisfação do cliente; 3.2-Desenvolver plano de comunicação com os clientes; 3.3-Buscar novos negócios;
Pessoas:	4. Promover a aquisição de competências para atuação adequada aos processos	4.1-Implementar programas de motivação e de capacitação da equipe.

A Emgea tem o desafio de gerar caixa suficiente para pagar seus compromissos e manter a sua operação em funcionamento.

Em relação à continuidade dos negócios, a Emgea permanece operando seus processos gerenciais, negociais, administrativos e operacionais, conforme o planejamento estratégico e a proposta orçamentária aprovada para 2024, ou seja, com plena capacidade técnica e operacional.

Além disso a Empresa possui patrimônio líquido da ordem de R\$ 11,95 bilhões e total de ativos em torno de R\$ 16,53 bilhões, dos quais, aproximadamente 87,65%, bem definidos e com baixa probabilidade de não realização, representados por créditos junto ao FCVS e com expectativa de significativas novações no exercício de 2024, diante de um passivo definido da ordem de R\$ 4,58 bilhões em obrigação junto ao FGTS, o que possibilitará auxiliar o governo na implementação de políticas públicas.

A continuidade e efetividade das novações de dívidas do FCVS (ativos da Emgea) pela União, mostra-se como um importante fator de sustentação da liquidez da Empresa, com razoável perspectiva de ocorrer no primeiro semestre de 2024. Os recursos originários dessas novações são fundamentais para a viabilização do pagamento de suas obrigações, dentre as quais das parcelas da dívida da Emgea perante o FGTS, com vencimentos previstos para junho e agosto de 2024.

Não obstante as definições e prazos estabelecidos no âmbito da desestatização da Empresa, a eficiência operacional continuará sendo tratada como prioridade pela atual Administração da Emgea, com revisão de processos e aprimoramento de controles operacionais visando o aumento da produtividade e a redução de custos, além do constante esforço de contenção de despesas administrativas.

ROL DE RESPONSÁVEIS



NOME	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE				ATO FORMAL
	Função Gerencial	Natureza	Tipo	Período	
Rodrigo Brandão de Almeida	Diretor-Presidente	Dirigente máximo	Titular	1º.1.2023 a 2.5.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 22.8.2022 - Ata nº 100.
Fernando Damata Pimentel				3.5.2023 a 31.12.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 24.3.2023 - Ata nº 106.
Marcus Vinicius Magalhães de Pinho	Diretor - Diretoria Contábil e Financeira - Difin	Segundo nível de direção	Titular	1º.1.2023 a 28.4.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 19.11.2018 - Ata nº 64. 2º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 11.11.2022 - Ata nº 103.
Romulo Greficce Miguel Martins				3.5.2023 a 31.12.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 28.4.2023 - Ata nº 110.
Maria Betânia Gonçalves Xavier	Diretor - Diretoria de Administração - Dirad	Segundo nível de direção	Titular	1º.1.2023 a 28.4.2023	Eleita em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 10.12.2021 - Ata nº 91. 1º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 2.6.2022 - Ata nº 97.
João Baptista Santiago Neto				3.5.2023 a 4.10.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 28.4.2023 - Ata nº 110.
Martvs Antônio Alves das Chagas				10.11.2023 a 31.12.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 10.11.2023 - Ata nº 124
Rodrigo Marques de Souza Dantas Mattos	Diretor - Diretoria Comercial - Dicom	Segundo nível de direção	Titular	1º.1.2023 a 28.4.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 3.5.2021 - Ata nº 82. 1º Recondução em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 11.11.2022 - Ata nº 103.
Jucemar José Imperatori				3.5.2023 a 31.12.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 28.4.2023 - Ata nº 110.
Hamilton Valente da Silva Junior	Diretor - Diretoria de Operações - Diope	Segundo nível de direção	Titular	1º.1.2023 a 28.4.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 5.10.2022 - Ata nº 102.
José Carlos Alves				3.5.2023 a 31.12.2023	Eleito em reunião extraordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 28.4.2023 - Ata nº 110.
Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo	Conselheiro-Presidente	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	1º.1.2023 a 31.12.2023	Eleito Conselheiro-Presidente na reunião ordinária do Conselho de Administração da Emgea, em 30.4.2020 - Ata nº 240. 2º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.
Ana Carolina Tannuri Laferté Marinho	Conselheira	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	1º.1.2023 a 14.2.2023	Eleita na 11ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29.1.2021. 1º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.
Cristina Fróes de Borja Reis				5.6.2023 a 31.12.2023	Eleita na 19ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5.6.2023. 1ª Recondução na 22ª Assembleia Extraordinária realizada em 19.10.2023
César Augusto Guimarães	Conselheiro	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	1º.1.2023 a 31.12.2023	Eleito na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.
Francisco Airton Bezerra Martins	Conselheiro	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	1º.1.2023 a 27.6.2023	Eleito na 15ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.3.2022.
Luciana Leal Brayner				28.6.2023 a 31.12.2023	Eleita na 20ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.6.2023. 1ª Recondução na 22ª Assembleia Extraordinária realizada em 19.10.2023

NOME	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE				ATO FORMAL
	Função Gerencial	Natureza	Tipo	Período	
Francisco Eduardo de Holanda Bessa	Conselheiro	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	19.1.2023 a 19.4.2023	Eleito na 6ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3.10.2019. 1º Recondução na 13ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.7.2021.
Rodrigo Alves Teixeira				28.6.2023 a 31.12.2023	
Pedro Paulo Alves de Brito	Conselheiro	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	19.7.2023 a 16.8.2023	Eleito na 5ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.7.2019. 1º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.
Adézio de Almeida Lima				17.8.2023 a 31.12.2023	
Rogério Rodrigues Bimbi	Conselheiro	Membro de colegiado com poder de gestão	Titular	19.7.2023 a 18.10.2023	Eleito na 3ª Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26.4.2019. 2º Recondução na 14ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2021.
Eloisio do Carmo Lourenço				19.10.2023 a 31.12.2023	

RELATÓRIO DE INSTÂNCIA OU ÁREA DE CORREIÇÃO

No exercício de 2023:

- Foram emitidos dois relatórios pela Auditoria Interna, relacionados a um indício de ilícito, que foram incluídos no em Procedimento Disciplinar, em posse da Superintendência Jurídica.
- Foram tratadas condutas denunciadas no âmbito da Comissão de Ética, cadastradas na Plataforma Fala.br.
- Nenhum contrato foi rescindido nem deixou de ser renovado em decorrência de violações da Lei Anticorrupção.

PARECER DE COLEGIADO

Não existe disposição legal, normativa ou regimental determinando a emissão de parecer de colegiado previamente ao encaminhamento da prestação de contas ao TCU. O Relatório foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 27.5.2024, conforme disposto no Art. 31, inciso XVII do Estatuto Social da Emgea aprovado na 24ª AGE, de 22.1.2024.

Este documento foi aprovado pelo Conselho de Administração em 27.5.2024 – Ata Cosad nº 133.



Setor Bancário Sul Quadra 2 Bloco B Lote 18
Ed. São Marcus - 70070-902 - Brasília - DF
www.emgea.gov.br - emgea@emgea.gov.br

